PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 021 . 2025
Fls. 01
Rubrica:

PROCESSO ADMINISTRATIVO	
ORGÃO/ENTE PMB/MA	**Nº 021/2025**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores.

Prefeitura Municipal de Buriti-MA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI/MA

INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2025

SETOR SOLICITANTE	PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.	**OBJETO:** Locação de imóvel destinado ao funcionamento da Farmácia Pública Municipal, de interesse da Secretaria Municipal de Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
021-2025
02

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas de acordo com o que consta na Lei Orgânica do Município e;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

R E S O L V E

Art. 1º Designar o servidor, José Ribamar da Silva, RG nº 042429972011-6 e CPF nº 334.826161-91, nomeado como Fiscal de Obras do Município, para exercer a função de Fiscal de Tributos Municipal vinculado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças.
Art. 2º - Os efeitos desta portaria retroagem a 06 de janeiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.
.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 10 de Janeiro de 2025

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 7641241cf5215d09421b4e1a04a0eea2

PORTARIA MUNICIPAL Nº 024/2025/GAB

Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

R E S O L V E

Art. 1º Nomear a **Sra.** Márjore Lima Freitas**, brasileira, casada, portadora do CPF n° 048.393.493-39 e RG nº 3472301, SSP/PI**, Procuradora Geral do município.
Art. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em Lei.
Art. 3º - Os efeitos desta portaria retroagem a 06 de janeiro de 2025, revogadas as disposições em contrário..

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 10 de janeiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: aeafe1fb153c73bbee76365061e71aa2

PORTARIA MUNICIPAL Nº 027/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

R E S O L V E

Art. 1º Nomear o **Sr.** KIRKPATRICK PEDROSA NUNES**, brasileiro, portador do CPF nº 658.381.493-53 e RG n° 93002186560 SSP/CE**, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em Lei.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 10 de janeiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 6e76a5b95f3f70b91e187930077bc041

PORTARIA Nº 020/2025 GP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores.

Prefeitura Municipal de Buriti-MA

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Ao Exmo. Sr.
Francisco Danka Lima da Cruz
Setor de Protocolo
Nesta...

Órgão: Prefeitura de Buriti - Secretaria Municipal de Saúde.

Setor requisitante (Unidade/Setor/Departamento): SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Responsável pela Demanda: Raí Pablo Sousa de Aguiar.

Assunto: Abertura de Processo Administrativo, conforme objeto especificado abaixo.

Objeto: Locação de imóvel destinado ao funcionamento da Farmácia Pública Municipal, de interesse da Secretaria Municipal de Saúde.

JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Locação de imóvel destinado ao funcionamento da Farmácia Básica no Município de Buriti é essencial para garantir a adequada prestação dos serviços públicos voltados à gestão de saúde do município. A necessidade da contratação baseia-se nos seguintes pontos:

Considerando a necessidade da locação de um imóvel para atendimento à população usuária do SUS, na localidade Bacuri.

Considerando que não a há no acervo patrimonial de bens imóveis da Administração Pública Municipal, imóvel disponível para instalação e funcionamento de uma Farmácia Básica no município.

Considerando que o imóvel a ser locado e o único no local para atividades a que se destina, quais sejam instalação e funcionamento de uma Farmácia Básica, atendendo, portanto, as finalidades precípuas da população.

Considerando que o imóvel a ser alugado se apresenta em bom estado de conservação, boa localização e cômoda adequação para o fim a que se destina e por se tratar de locação de imóvel na zona urbana no momento não há outro imóvel disponível no local.

Considerando a dispensa de locação de imóvel faz se necessário, para dar continuidade aos atendimentos a população usuárias do SUS nesta urbe.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE
1	Locação de imóvel destinado ao funcionamento da Farmácia Básica para o município de Buriti-MA, com no mínimo 100 m²	MENSAL	12

PERIODO DA CONTRATAÇÃO

a) 12 (doze) meses;

RECOMENDAÇÃO POR INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

De acordo com o inciso V do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre as normas gerais de licitação e contratação pública, a contratação direta por inexigibilidade de licitação é permitida para a locação de imóvel destinado ao atendimento das necessidades da Administração, desde que suas características de localização, instalação e adequação atendam aos requisitos necessários para o pleno desempenho das atividades do órgão ou entidade pública.

Nesse contexto, recomenda-se a contratação por inexigibilidade de licitação para a locação de imóvel com as seguintes justificativas:

1. **Adequação às necessidades específicas da Secretaria Municipal de Saúde:** O imóvel deve possuir, no mínimo, 100m² de área construída e atender às normas de segurança, acessibilidade e funcionalidade, garantindo espaço suficiente para as atividades administrativas e de atendimento ao público.
2. **Localização estratégica:** A escolha do imóvel deve considerar a centralidade e a acessibilidade, facilitando o atendimento à comunidade naquela localidade.
3. **Impossibilidade de competição:** A especificidade das características do imóvel necessário, como localização, metragem, estrutura e condições de uso, restringe a competição e torna inviável a realização de um certame licitatório.
4. **Atendimento aos princípios da economicidade e eficiência:** A locação do imóvel representa a alternativa mais vantajosa para a Administração, considerando a inexistência de imóvel próprio e a urgência em garantir a continuidade das atividades da Secretaria Municipal de Saúde.

A contratação direta fundamentada no inciso V do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021 está devidamente justificada pela singularidade da demanda e pela inviabilidade de competição, atendendo aos princípios da legalidade, eficiência e economicidade.

Portanto, é recomendada a contratação por inexigibilidade de licitação para assegurar o adequado funcionamento da Farmácia Básica Municipal de Buriti-MA.

DISPOSIÇÕES GERAIS:

Prazo de Execução: 12 (doze) meses.
Unidade e servidor responsável para esclarecimentos: Secretaria Municipal de Saúde.
Prazo para pagamento: até 30 (trinta) dias, contados da liquidação da despesa.

Buriti/MA, 16 de janeiro de 2025.

Kirkpatrick Pedrosa Nunes
KIRKPATRICK PEDROSA NUNES
Secretário Adjunto de Saúde
Portaria nº 027/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 024.2025
Fls. 05
Rubrica

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MARANHÃO
ISSN 2763-860X

conservação, lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo – SEMMAT.
Art. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em Lei.
Art. 3º - Os efeitos desta portaria retroagem a 03 de fevereiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 10 de fevereiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 1b358b705918f134abec2e23c061edeb

PORTARIA MUNICIPAL Nº 079/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

R E S O L V E

Art. 1º Nomear o **Sr.** Marcone Henrique Azevedo da Silva**, brasileiro, portador do CPF n° 488.624.603-68**, Diretor do Departamento de Defesa Civil, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo – SEMMAT.
Art. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em Lei.
Art. 3º - Os efeitos desta portaria retroagem a 03 de fevereiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 10 de fevereiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 7dbf8e9b740a9e2a22deedf94fbdb081

PORTARIA MUNICIPAL Nº 080/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

R E S O L V E

Art. 1º Nomear o **Sr.** Marcelo Vieira Sodre**, brasileiro, portador do CPF n° 056.097.773-56**, Assessor Técnico Nível Superior, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo – SEMMAT.
Art. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em Lei.
Art. 3º - Os efeitos desta portaria retroagem a 03 de fevereiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 10 de fevereiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: d3b915c09f10956439d7b7d499eb8f23

PORTARIA MUNICIPAL Nº 081/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

R E S O L V E

Art. 1º Designar o **Sr.** Francisco Danka Lima da Cruz**, brasileiro, digitador, portador do CPF n° 076.477.543 - 00**, para exercer a função de

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 024/2025
06
Rubrica

ISSN 2763-860X

Chefe de Divisão de Protocolo.

Art. 2º - Os efeitos desta portaria retroagem a 02 de janeiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 10 de fevereiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 15070e58fabc2176b5ebc66194f6bb5f

PORTARIA MUNICIPAL Nº 082/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de manter o quadro de pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

R E S O L V E

Art. 1º Exonerar a pedido a **Sra.** Maria das Dores Macedo Marques**, brasileira, portadora do CPF 006.861.593-06**, da função de Assessora Tecnica de Nível Médio I.
Art. 2º - Os efeitos desta portaria retroagem a 31 de janeiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 10 de fevereiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 34f2faf39edb24b5f3e3ad2094cc6150

DECRETO 010/2025 GAB

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BURITI DO ESTADO DO MARANHÃO no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei nº 738, de 01 de julho de 2024.

DECRETA:

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E COMPETÊNCIA

Art. 1° - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, órgão deliberativo e de assessoramento imediato ao Prefeito de Buriti-MA, integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, instituído pela Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.
Art. 2° - Compete ao COMSEA

I. organizar e coordenar, em articulação com a CAISAN do Município, a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional convocada pelo Chefe do Poder Executivo, com periodicidade não superior a quatro anos;
II. definir os parâmetros de composição, organização e funcionamento da Conferência considerando as recomendações do CONSEA Estadual;

I. propor ao Poder Executivo Municipal, considerando as deliberações da Conferência Municipal de SAN, as diretrizes e as prioridades do Plano Municipal de SAN, incluindo-se os requisitos orçamentários para sua consecução;

I. articular, acompanhar e monitorar, em regime de colaboração com os demais integrantes do Sistema, a implementação e a convergência de ações inerentes ao Plano Municipal de SAN;

I. mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil na discussão e na implementação de ações públicas de Segurança Alimentar e Nutricional;

I. estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social nas ações integrantes da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

I. zelar pela realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e pela sua efetividade;

I. manter articulação permanente com outros Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, com o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional relativos às ações associadas à Política e ao Plano Estadual e Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

I. elaborar e aprovar o seu regimento interno.

§1° - O COMSEA manterá diálogo permanente com a Câmara

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 021/2025
Rubrica: 07

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 021/2025

DATA DA ABERTURA: 16 de janeiro de 2025.

OBJETO: Locação de imóvel destinado ao funcionamento da Farmácia Básica Municipal de Buriti-MA.

Encaminhamos o processo ao setor demandante para análise e providências necessárias, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Buriti/MA, 16 de janeiro de 2025.

Francisco Danka Lima da Cruz
Diretor de Divisão de Protocolo
081/2025/GAB

PREFEITURA MUNICIPAL DE BU
Proc. Nº 021-2025
Fls. 08
Rubrica:

financeiras:

a. Abrir contas de depósito;
b. Autorizar cobranças;
c. Utilizar o crédito aberto na forma e condições;
d. Receber, passar recibo e dar quitação;
e. Solicitar saldos e extratos;
f. Autorizar débitos em conta relativo a operações;
g. Efetuar resgates/aplicados financeiras;
h. Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
i. Efetuar saques – Conta Corrente;
j. Efetuar saques – Conta Poupança;
k. Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
l. Efetuar transferências por meio eletrônico;
m. Consultar contas / aplicar programas repasses recursos federais;
n. Liberar arquivos de pagamentos no gerenciamento / AASP;
o. Solicitar saldos / extratos de investimentos;
p. Solicitar saldos / extratos de operações de crédito;
q. Emitir comprovantes;
r. Efetuar transferência p/ mesma titularidade – meio eletrônico;
s. Encerrar contas de depósito;
t. Consultar obrigações do débito direto autorizado – DDA;
u. Efetuar movimentação financeira no RPG;
v. Assinar instrumento de convênio e contrato de prestação de serviços.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Administração e Finanças, por meio do Departamento de Pessoal e Recursos Humanos, promova todos os trâmites legais para formalizar o cumprimento da presente Portaria.
Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 02 de janeiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 7b2dfd5013083030d7fdf1cf10407fb9

PORTARIA MUNICIPAL Nº 002/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por e, de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

RESOLVE

Art. 1º Nomear a **Sra. Cleane de Jesus Costa, brasileira, em união estável, portadora do CPF nº 784.511.403-00 e RG nº 000095756198-9 SSP/MA**, gestora titular da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º A Secretária Municipal de Educação será responsável pela ordenação de todas as despesas relacionadas às contas do tesouro municipal, inclusive em convênios celebrados, cabendo a mesma os seguintes poderes relativos às movimentações financeiras:

a. Abrir contas de depósito;
b. Autorizar cobranças;
c. Utilizar o crédito aberto na forma e condições;
d. Receber, passar recibo e dar quitação;
e. Solicitar saldos e extratos;
f. Autorizar débitos em conta relativo a operações;
g. Efetuar resgates/aplicados financeiras;
h. Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
i. Efetuar saques – Conta Corrente;
j. Efetuar saques – Conta Poupança;
k. Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
l. Efetuar transferências por meio eletrônico;
m. Consultar contas / aplicar programas repasses recursos federais;
n. Liberar arquivos de pagamentos no gerenciamento / AASP;
o. Solicitar saldos / extratos de investimentos;
p. Solicitar saldos / extratos de operações de crédito;
q. Emitir comprovantes;
r. Efetuar transferência p/ mesma titularidade – meio eletrônico;
s. Encerrar contas de depósito;
t. Consultar obrigações do débito direto autorizado – DDA;
u. Efetuar movimentação financeira no RPG;
v. Assinar instrumento de convênio e contrato de prestação de serviços.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Educação, por meio do Departamento de Pessoal e Recursos Humanos, promova todos os trâmites legais para formalizar o cumprimento da presente Portaria.
Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 06 de janeiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 166f9de4c3e44780690e827cef0b72d7

PORTARIA MUNICIPAL Nº 007/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por e, de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

RESOLVE

Art. 1º Nomear o **Sr. Raí Pablo Sousa de Aguiar, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 042.501.593-96 e RG nº 031336752006-8 SSP/MA**, gestor titular da Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º O Secretário Municipal de Saúde será responsável pela ordenação de todas as despesas relacionadas às contas do tesouro municipal, inclusive em convênios celebrados, cabendo a mesma os seguintes poderes relativos às movimentações financeiras:

a. Abrir contas de depósito;
b. Autorizar cobranças;
c. Utilizar o crédito aberto na forma e condições;
d. Receber, passar recibo e dar quitação;
e. Solicitar saldos e extratos;
f. Autorizar débitos em conta relativo a operações;
g. Efetuar resgates/aplicados financeiras;
h. Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
i. Efetuar saques – Conta Corrente;
j. Efetuar saques – Conta Poupança;
k. Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
l. Efetuar transferências por meio eletrônico;
m. Consultar contas / aplicar programas repasses recursos federais;

n. Liberar arquivos de pagamentos no gerenciamento / AASP;
o. Solicitar saldos / extratos de investimentos;
p. Solicitar saldos / extratos de operações de crédito;
q. Emitir comprovantes;
r. Efetuar transferência p/ mesma titularidade – meio eletrônico;
s. Encerrar contas de depósito;
t. Consultar obrigações do débito direto autorizado – DDA;
u. Efetuar movimentação financeira no RPG;
v. Assinar instrumento de convênio e contrato de prestação de serviços.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Saúde, por meio do Departamento de Pessoal e Recursos Humanos, promova todos os trâmites legais para formalizar o cumprimento da presente Portaria.
Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 06 de janeiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: fc05942f3a4739227eac696f2c312c39

PORTARIA MUNICIPAL Nº 008/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por e, de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

RESOLVE

Art. 1º Nomear a **Sra. Sherlyane Machado de Oliveira, brasileira, em união estável, portadora do CPF nº 037.640.273-39 e RG n° 044482902012-4 SSP/MA**, gestora titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social.
Art. 2º A Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social será responsável pela ordenação de todas as despesas relacionadas às contas do tesouro municipal, inclusive em convênios celebrados, cabendo a mesma os seguintes poderes relativos às movimentações financeiras:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 021-2025
Fls. 09
Rubrica

a. Abrir contas de depósito;
b. Autorizar cobranças;
c. Utilizar o crédito aberto na forma e condições;
d. Receber, passar recibo e dar quitação;
e. Solicitar saldos e extratos;
f. Autorizar débitos em conta relativo a operações;
g. Efetuar resgates/aplicados financeiras;
h. Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
i. Efetuar saques – Conta Corrente;
j. Efetuar saques – Conta Poupança;
k. Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
l. Efetuar transferências por meio eletrônico;
m. Consultar contas / aplicar programas repasses recursos federais;
n. Liberar arquivos de pagamentos no gerenciamento / AASP;
o. Solicitar saldos / extratos de investimentos;
p. Solicitar saldos / extratos de operações de crédito;
q. Emitir comprovantes;
r. Efetuar transferência p/ mesma titularidade – meio eletrônico;
s. Encerrar contas de depósito;
t. Consultar obrigações do débito direto autorizado – DDA;
u. Efetuar movimentação financeira no RPG;
v. Assinar instrumento de convênio e contrato de prestação de serviços.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, por meio do Departamento de Pessoal e Recursos Humanos, promova todos os trâmites legais para formalizar o cumprimento da presente Portaria.
Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti-MA, 06 de janeiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 1d85e9723bfb2432eb3c4b42fdf0e682

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJARI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2024

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJARI/MA**, com sede na Avenida Senador Vitorino Freire, Nº 513, Bairro Centro, Cajari/MA, neste ato representada pela **Secretaria Municipal de Administração e Finanças**, inscrita no CNPJ nº 06.469.837/0001-60, através da Secretária Municipal de Administração e Finanças a **Sra. Jimena Coelho de Souza**, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 822.708.993-34**,** domiciliada nesta cidade**,** doravante denominada **ORGÃO GERENCIADOR**, considerando o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2024 - CPL** para **REGISTRO DE PREÇOS** e a respectiva homologação do Processo Administrativo nº 06/2024, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **D. M. F. NUNES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 27.353.547/0001-27, com sede na Rua Antônio Serafim, 183 B - Subestação, Viana – MA, CEP: 65.215-00, neste ato representada pelo Sr. **Dunga Mateus Ferreira Nunes**, brasileiro, inscrito no CPF nº 604.364.583-14, endereço profissional acima qualificado, doravante denominada **BENEFICIÁRIA DA ATA**, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preço para a contratação de empresa especializada no fornecimento de material eletroeletrônico para atender as necessidades das Secretarias municipais de Cajari – MA, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência.
2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O valor global registrado desta Ata de Registro de Preço é de **R$ 586.250,00 (quinhentos e oitenta e seis mil duzentos e cinquenta reais).**

DESPACHO

Ao
Setor de Planejamento
Prefeitura Municipal de Buriti/MA
Nesta...

Assunto: Elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Classificação de Risco

Prezados,

Solicito que seja elaborado o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o respectivo Mapa de Classificação de Risco referente ao processo nº 021/2025.

Os documentos devem observar as normas e diretrizes aplicáveis, considerando os objetivos e especificidades do presente processo. Caso necessário, podem ser realizadas consultas às áreas envolvidas para coleta de informações adicionais.

Agradeço a atenção e coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Buriti/MA, 16 de janeiro de 2025.

Raí Pablo Sousa de Aguiar
Secretário Municipal de Saúde

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MARANHÃO
SÃO LUÍS, TERÇA * 14 DE JANEIRO DE 2025 * VOL. 19, Nº 3519/2025
ISSN 2763-860X

Código identificador: 2594b927ef07fad70a6959eda16d3665

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 021.1.2025
Fls. 33
Rubrica:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI

PORTARIA MUNICIPAL Nº 028/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

R E S O L V E

Art. 1º Nomear a Sra. Ramile Bruna da Silva Lages**, brasileira, portadora do CPF nº 057.425.803 - 55 e RG n° 021987622002-7 SSP/MA**, Contadora Geral da Contabilidade Geral do Município de Buriti – MA.
Art. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em Lei.
Art. 3º - Os efeitos desta portaria retroagem a 06 de janeiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 13 de janeiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: ba723626240c98a7a9c5c56b66e3aa1b

PORTARIA MUNICIPAL Nº 029/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

R E S O L V E

Art. 1º Nomear o **Sr.** João Vito Moraes Silva**, brasileiro, portador do CPF nº 062.281.693 - 43 e RG n° 041466762011 - 3 SSP/MA**, Controlador Geral da Controladoria Geral do Município de Buriti – MA.
Art. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em Lei.
Art. 3º - Os efeitos desta portaria retroagem a 06 de janeiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 13 de janeiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 1d39b6f384715870735622b0fe536a0d

PORTARIA Nº 026/2025 GP DE 10 DE JANEIRO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE BURITI/MA, no uso das suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 55 da lei orgânica deste município, e conforme disposto no art. 18 da Lei 14.133/21.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para compor a Equipe de Planejamento da Contratação da Prefeitura Municipal de Buriti - MA, sem prejuízo das atribuições laborais em sua respectiva lotação.

Rodrigo Carneiro Barbosa, CPF Nº 666.019.323 -53 e RG nº 117140937 SEJUSP/MA

Matheus Macedo da Silva, CPF Nº 050.010.633-96 e RG nº 021950962002-1 SSP/MA

Art. 2º- Competências dos integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação.

I - Elaboração do Estudo Técnico Preliminar e Gerenciamento de Riscos, realizando o alinhamento do objeto a ser contratado quanto as regras internas e externas das respectivas áreas, com vistas a reduzir erros, atrasos na fase de execução em decorrência de falhas da fase de Planejamento da contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI 02/2025
Rubrica

Art. 3º- A Equipe de Planejamento da Contratação deverá realizar todas as atividades das etapas de Planejamento da Contratação, além de acompanhar e apoiar a fase de Seleção do Fornecedor, quando solicitado pelas áreas responsáveis. O grupo poderá ser requisitado para diligências e esclarecimentos acerca do Estudo e Planejamento da Contratação até a conclusão da compra/contratação, entendido como sendo a homologação da licitação ou ratificação para compra/contratação.

Art. 4º - Os efeitos desta portaria retroagem a 02 de janeiro de 2025;

Art. 5°- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Buriti - MA, em 10 de janeiro de 2025.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

André Augusto Kerber Introvini
Prefeito Municipal de Buriti

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 7609ab890c0f4de6e4b6990c45aa1b10

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA

OFÍCIO Nº 003/2025-GABPREF

Ofício **nº 003/2025-GABPREF**
Carolina (MA), 09 de janeiro de 2025.

Assunto: BANCO DO BRASIL – MANDATO MUNICIPAL 2025 - 2028

Agência: n. 0291-7
Município: Carolina, Maranhão.

Senhor Gerente,

Informamos que a movimentação financeira do **Município de Carolina** CNPJ: **12.081.691/0001-84**, perante o Banco do Brasil, será realizada de forma conjunta pelos outorgados, com os poderes abaixo relacionados, de acordo com os documentos expedidos pelo Ente/Órgão, conforme segue:

OUTORGADOS COM NO MÍNIMO DUAS ASSINATURAS EM CONJUNTO

Nome Outorgado 1: **SÉRGIO DA SILVA FERREIRA**
CPF: 002.713.951-41
Cargo: Secretário Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Urbanismo
Ass. Obrigatória: (x) sim ou **( )** não
E-mail: admfinancarolina@gmail.com **Telefone:** (94) 991325180

Nome Outorgado 2 : **CLEITON DE SOUSA GUIMARÃES**
CPF: 054.560.133-98
Cargo: Assessor Técnico de Finanças da Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Urbanismo
Ass Obrigatória: (x) sim ou **( )** não
E-mail: cltn.guimaraes12@gmail.com **Telefone:** (99) 992116670

009 - Emitir Cheques
010 - Abrir contas de depósito
020 - Receber, passar recibo e dar quitação
026 - Solicitar saldos, extratos e comprovantes
027 - Requisitar Talonário de cheques
036 - Retirar cheques devolvidos
038 - Endossar Cheque
094 - Sustar/ Contraordenar cheques
095 - Cancelar Cheques
096 - Baixar Cheques
098 - Efetuar Resgates/Aplicações Financeiras
099 - Cadastrar, Alterar e Desbloquear Senhas
100 - Efetuar saques - conta corrente
102 - Efetuar Saques de Poupança
104 - Efetuar pagamentos via BB digital PJ/AASP
105 - Efetuar transferências via BB Digital PJ/AASP
106 - Efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico
107 - Efetuar Transferências, exceto por meio eletrônico
118 - Consultar Contas/Aplic Programas Repasses Recursos Federais RPG
119 - Liberar Arq. De pagamentos via BB Digital PJ/AASP
124 - Solicitar saldos/extratos de investimentos
126 - Emitir comprovantes
128 - Efetuar transferências para mesma titularidade via BB Digital PJ/AASP
133 - Encerrar Contas de Depósito
137 - Consultar obrigações do DDA via BB Digital PJ/AASP
149 - Assinar Instrumento de Convênio e Contrato de Prestação de Serviço

Assinalar para quais contas do Ente/Órgão os poderes serão vinculados:

(x) Todas as contas do CNPJ;
( ) Agência(s)/Conta(s) específica(s): _____

Em anexo, seguem cópias da Legislação e os Atos de nomeação dos outorgados com as devidas publicações.

Atenciosamente,

JAYME FONSECA ESPÍRITO SANTO
Prefeito Municipal de Carolina/MA
CPF nº 345.287.333-15

SÉRGIO DA SILVA FERREIRA
CPF: 002.713.951-41
Secretário Municipal de Administração,
Finanças, Planejamento e Urbanismo

CLEITON DE SOUSA GUIMARÃES
CPF; 054.560.133-98
Assessor Técnico de Finanças da Secretaria Municipal
de Administração, Finanças, Planejamento e Urbanismo

Publicado por: WERISSON DIAS BARBOSA BRANDãO
Código identificador: 16ffd80976e788e5fff4991efebd06d3

OFÍCIO Nº 004/2025-GABPREF

Ofício **nº 004/2025-GABPREF**
Carolina(MA), 09 de janeiro de 2025.

Assunto: BANCO DO BRASIL – MANDATO MUNICIPAL 2025 - 2028

Agência: n. 0291-7
Município: Carolina, Maranhão.

Senhor Gerente,

Informamos que a movimentação financeira do **Município de Carolina** CNPJ: **12.081.691/0001-84**, perante o Banco do Brasil, será realizada de forma conjunta pelos outorgados, com os poderes abaixo relacionados, de acordo com os documentos expedidos pelo

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do processo: nº 021/2025

2. Descrição da necessidade

A Secretaria Municipal de Saúde do município de Buriti-MA carece de um espaço físico para o funcionamento da Farmácia básica municipal ao público. Atualmente, a Administração Pública não dispõe de imóvel próprio que atenda às necessidades estruturais, operacionais e funcionais exigidas para o pleno funcionamento da Farmácia Básica.

O imóvel a ser locado deve ter, no mínimo, 100m² de área construída, possuir localização central e de fácil acesso, além de oferecer infraestrutura em condições de uso imediato, com espaços adequados para salas para atendimento ao público e arquivo de documentos. Adicionalmente, é indispensável que o imóvel esteja em conformidade com as normas de segurança, acessibilidade e funcionalidade, de modo a garantir um ambiente seguro e confortável tanto para os servidores quanto para os cidadãos que utilizam os serviços da Secretaria.

A locação deste imóvel é fundamental para assegurar a continuidade dos serviços de saúde do município, permitindo a organização administrativa e o planejamento de ações e políticas públicas voltadas à melhoria da saúde no município de Buriti-MA

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Saúde	RAÍ PABLO SOUSA DE AGUIAR

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Requisitos Funcionais e Estruturais

- **Espaço e Capacidade:** O imóvel deve oferecer uma área útil adequada para a organização e armazenamento eficiente de materiais, equipamentos e documentos, com uma projeção que considere o crescimento das demandas nos próximos anos. É necessária uma área mínima de 100m² para atender às necessidades operacionais e administrativas da Secretaria Municipal de Saúde.
- **Layout Flexível:** O espaço deve permitir a adaptação para diferentes funções ou já estar estruturado para atender às demandas específicas, como áreas separadas para recepção, salas administrativas, reuniões e arquivo de documentos.
- **Acessibilidade:** O imóvel deve estar localizado em um ponto de fácil acesso ao público em geral, incluindo acesso para pessoas com mobilidade reduzida, conforme as normas de acessibilidade vigentes.
- **Segurança:** O imóvel deve dispor de infraestrutura que garanta a segurança dos materiais, documentos e equipamentos armazenados, incluindo sistema de iluminação adequado,

prevenção e combate a incêndios, e, preferencialmente, vigilância por câmeras ou sistema de alarme.

- **Infraestrutura de Suporte:** O local deve contar com serviços básicos, como fornecimento contínuo de eletricidade, água potável, saneamento básico, e conectividade com internet de alta velocidade, essenciais para o funcionamento das atividades administrativas.

Requisitos de Localização

- **Proximidade com a Administração Municipal:** O imóvel deve estar localizado, preferencialmente, a uma distância de até 2 km da sede da Prefeitura Municipal de Buriti-MA, facilitando o deslocamento de servidores e a logística de comunicação com outros setores da administração pública.
- **Segurança da Área:** A localização do imóvel deve ser em uma área com baixos índices de criminalidade e sem riscos ambientais, garantindo a segurança dos servidores e usuários da Secretaria.
- **Acesso a Vias Principais:** O imóvel deve estar situado próximo a vias de acesso principais para permitir uma mobilidade eficiente de pessoas e veículos, otimizando o tempo de deslocamento.

Considerações Legais e Regulatórias

- **Conformidade Legal:** O imóvel deve atender a todas as exigências legais e regulatórias em âmbito municipal, estadual e federal.
- **Licenças e Autorizações:** O proprietário deve assegurar que o imóvel possui todas as licenças e autorizações necessárias para a sua utilização, garantindo a regularidade da locação e do funcionamento.

5. Levantamento de Mercado

Ainda não foi realizado um levantamento formal do mercado para a locação de imóvel com as características necessárias. Contudo, com os requisitos definidos, seguirá um levantamento de mercado estruturado para identificar imóveis disponíveis no município de Buriti-MA que atendam às especificações estabelecidas.

Esta etapa incluirá:

- Pesquisa em diversas fontes: Contato com proprietários locais, imobiliárias e outras fontes relevantes para mapear imóveis disponíveis.
- Visitas preliminares: Inspeção inicial dos imóveis que aparentem atender às exigências, considerando aspectos como área útil mínima de 100m², localização estratégica próxima à Prefeitura Municipal (até 2 km), preferencialmente, acessibilidade e infraestrutura compatível.
- Avaliação técnica detalhada: Para os imóveis mais promissores, será realizada uma análise técnica, considerando condições estruturais, custos de possíveis adaptações, localização, acessibilidade, segurança e análise de custo-benefício.
- Inspeções detalhadas: Imóveis que superarem a fase preliminar passarão por inspeção técnica aprofundada, se necessário com o auxílio de profissionais especializados, para avaliar a qualidade estrutural, eventuais necessidades de reforma e conformidade com normas e regulamentos vigentes.

Os dados coletados nesse levantamento serão utilizados para avaliar a viabilidade técnica, legal e econômica da contratação subsidiando a escolha do imóvel que melhor atenda às demandas da Secretaria Municipal de Saúde e garantindo a eficiência do processo de locação.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na locação de um imóvel que atenda plenamente às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de Buriti-MA. O objetivo é garantir um espaço físico adequado para o funcionamento da Farmácia básica municipal destinado ao atendimento ao público, em conformidade com os requisitos funcionais, estruturais e legais previamente definidos.

O imóvel a ser locado deve possuir, no mínimo, 100m² de área útil, permitindo a organização e separação de ambientes, como recepção, salas administrativas, salas de reuniões, áreas de arquivo e outras dependências necessárias para a funcionalidade da FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL. Além disso, a localização deve ser estratégica, idealmente facilitando o acesso para aquela comunidade.

A infraestrutura do imóvel deve estar em condições de uso imediato, contemplando requisitos essenciais como acessibilidade, segurança, fornecimento contínuo de energia elétrica, água potável, saneamento básico e conectividade de internet de alta velocidade. Caso sejam necessárias adaptações, estas serão consideradas no momento da avaliação de viabilidade e custo-benefício.

A solução também prevê a análise detalhada de opções no mercado, incluindo inspeções técnicas para verificar a conformidade estrutural e legal dos imóveis selecionados, garantindo que o imóvel escolhido atenda aos critérios de economicidade e eficiência.

Por fim, a locação será formalizada em conformidade com o inciso V do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021, que permite a contratação direta por inexigibilidade de licitação para locação de imóvel quando as características do bem e sua localização forem indispensáveis para o atendimento das necessidades da Administração Pública.

Essa solução visa assegurar um ambiente funcional, acessível e seguro para a Farmácia básica municipal, promovendo a continuidade e eficiência dos serviços de Saúde para o município de Buriti-MA.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de Buriti-MA, estima-se a contratação dos seguintes quantitativos:

Locação de imóvel: 01 (um) imóvel com área mínima de 100m², adequado para as atividades administrativas da Secretaria. A locação deverá ser realizada por um período inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada conforme a legislação vigente e a necessidade administrativa.

Serviços inclusos na locação: O contrato de locação deverá incluir, sem custos adicionais, os seguintes serviços:

- Fornecimento de água e energia elétrica (contas pagas pelo locatário, conforme contrato);
- Manutenção básica predial (como pequenas reparações que se fizerem necessárias durante a vigência do contrato);
- Segurança básica, incluindo iluminação adequada nas áreas externas e, preferencialmente, sistema de monitoramento (a ser avaliado durante a negociação).

Infraestrutura necessária:

- Conectividade de internet de alta velocidade, suficiente para o suporte às atividades administrativas e educacionais realizadas no local;
- Instalações sanitárias adequadas, com pelo menos dois banheiros, sendo um adaptado para pessoas com deficiência, conforme normas de acessibilidade;

Essas estimativas visam garantir que o imóvel locado atenda plenamente às necessidades funcionais e operacionais da Secretaria Municipal de Saúde, proporcionando um ambiente adequado para a execução das suas atividades e atendimento à comunidade.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Com base em valores praticados no mercado imobiliário local e nas características exigidas para o imóvel a ser locado, estima-se que o custo mensal da locação de um imóvel com as especificações solicitadas no município de Buriti-MA varie entre R$ 2.000,00 a R$ 2.100,00.

A contratação será formalizada por um período inicial de 12 (doze) meses, totalizando um valor estimado de R$ 20.000,00 a R$ 24.100,00 ao longo do primeiro ano, podendo sofrer ajustes com base em negociações específicas ou reajustes permitidos por lei.

Critérios para a Definição do Valor

1. Tamanho do Imóvel: Considera-se um imóvel com área mínima de 100m², que ofereça espaço adequado para as atividades administrativas da Secretaria Municipal de Saúde.
2. Localização Estratégica: Imóveis localizados em áreas centrais para que possa atender a necessidade daquela região.
3. Infraestrutura Existente: Imóveis em condições de uso imediato e com infraestrutura completa (acessibilidade, energia, água, conectividade, segurança, etc.) tendem a apresentar custo mensal mais elevado.
4. Possíveis Ajustes: Eventuais adaptações necessárias, como reformas ou melhorias, poderão ser negociadas com o proprietário e impactar o valor final da locação.

Laudo de Vistoria e Avaliação

O Laudo de Vistoria e Avaliação, bem como a análise do valor estimado da locação, será realizado pelo Departamento de Engenharia da Administração Municipal. Este procedimento técnico terá como objetivos:

- Verificar as condições estruturais, funcionais e de segurança do imóvel;

- Garantir que o imóvel esteja em conformidade com as normas legais e regulatórias, incluindo acessibilidade e segurança contra incêndios;
- Avaliar a adequação do valor de locação proposto em relação ao mercado imobiliário local;
- Identificar possíveis necessidades de adaptações ou reparos antes da ocupação do imóvel.

O Departamento de Engenharia desempenhará um papel fundamental na validação da viabilidade técnica e econômica da contratação, assegurando o cumprimento dos princípios de eficiência, economicidade e legalidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Fontes para Validação da Estimativa

A estimativa preliminar foi elaborada com base em referências iniciais do mercado local. A definição final do valor dependerá do resultado do Laudo de Vistoria e Avaliação e do levantamento de mercado, garantindo que a contratação seja a mais vantajosa para a Administração Pública.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

No presente caso, trata-se de uma Inexigibilidade de Licitação, prevista no artigo 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, para a locação de imóvel cujas características de instalações e localização tornam necessária sua escolha específica.

A contratação envolve a locação de um único imóvel que atenderá, de forma integral, às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de Buriti-MA. Considerando que o objeto da contratação é indivisível e que não há possibilidade de fracionamento da solução, conclui-se que o **parcelamento não é aplicável** à presente contratação.

Portanto, a contratação será realizada de forma integral, atendendo ao disposto na legislação vigente e garantindo a eficiência e economicidade na solução proposta.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratação correlata ou interdependente.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A locação está prevista no Plano Anual de Contratações de 2024.

12. Resultados Pretendidos

A presente contratação não foi contemplada no **Plano Anual de Contratações (PCA)** da Administração anterior, referente ao exercício de 2024. No entanto, considerando a relevância e urgência da solução para o pleno funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde, a locação do imóvel é de suma importância para garantir a continuidade das atividades administrativas e o atendimento às demandas da população.

A contratação está alinhada com os objetivos estratégicos da gestão atual, que prioriza a eficiência administrativa e a prestação de serviços públicos de qualidade. Essa locação representa

uma medida indispensável para assegurar um espaço físico adequado para o desenvolvimento das atividades essências da Secretaria de Municipal de Saúde.

Mesmo não estando formalmente inserida no PCA de 2024, a contratação atende aos princípios de planejamento, economicidade e eficiência, previstos na Lei nº 14.133/2021, e reflete o compromisso da gestão pública em adequar-se às necessidades emergentes e prioritárias da Administração Municipal.

13. Providências a serem Adotadas

A Administração deve providenciar todas as medidas necessárias para assegurar a efetividade e regularidade da locação do imóvel, incluindo:

- **Levantamento e escolha do imóvel:** Concluir o processo de levantamento de mercado e seleção do imóvel que atenda aos requisitos técnicos e legais definidos.
- **Laudo técnico:** Solicitar ao Departamento de Engenharia a realização do Laudo de Vistoria e Avaliação do imóvel para garantir que ele esteja em conformidade com as condições estruturais, funcionais e regulatórias exigidas.
- **Preparação para ocupação:** Planejar e executar as contratações referentes aos serviços necessários para a mudança, organização, recebimento e instalação de equipamentos e mobiliários.
- **Infraestrutura complementar:** Garantir que o imóvel esteja devidamente equipado com serviços básicos, como energia elétrica, água potável, saneamento, conectividade de internet e segurança, antes da ocupação.
- **Apoio operacional:** Adotar as medidas administrativas para assegurar a alocação de pessoal, bem como a contratação ou disponibilização de serviços de segurança, limpeza e manutenção, caso necessário.

Essas providências são fundamentais para que a celebração do contrato de locação ocorra de forma adequada, para garantir a operacionalização eficiente e segura do imóvel pela Secretaria Municipal de Saúde.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A locação do imóvel para o funcionamento da Farmácia básica municipal de Buriti-MA, não apresenta impactos ambientais significativos, uma vez que se trata de um imóvel já construído e destinado a atividades administrativas.

No entanto, algumas medidas podem ser adotadas para minimizar qualquer impacto ambiental potencial, como:

- Gestão de resíduos: Implementar práticas de descarte adequado de resíduos sólidos e recicláveis gerados nas atividades administrativas, incentivando a coleta seletiva.
- Eficiência energética: Priorizar o uso eficiente de energia elétrica no imóvel, com a possível instalação de equipamentos de iluminação e climatização mais econômicos, se necessário.
- Uso consciente de recursos hídricos: Promover o uso racional da água nas instalações, evitando desperdícios.

- Redução de emissões: Caso seja necessário transporte de equipamentos e mobiliários, planejar a logística de maneira a reduzir o consumo de combustíveis e as emissões de carbono.

Assim, embora a locação em si não gere impacto ambiental direto, é importante adotar boas práticas de sustentabilidade para garantir que o funcionamento do imóvel seja ambientalmente responsável e em consonância com os princípios da gestão pública eficiente.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** está contratação.

15.1 Justificativa da Viabilidade

A locação do imóvel para o funcionamento da Farmácia básica municipal de Buriti-MA é viável tanto técnica quanto economicamente. A necessidade da contratação é justificada pela ausência de imóvel próprio disponível que atenda às demandas estruturais, funcionais e administrativas da Secretaria. A solução contempla a locação de um espaço adequado, que será previamente vistoriado e avaliado pelo Departamento de Engenharia para assegurar sua conformidade com os requisitos técnicos e legais.

Além disso, a locação é a alternativa mais econômica e eficiente diante da impossibilidade de construção ou aquisição de imóvel próprio, atendendo aos princípios de economicidade e eficiência previstos na legislação vigente. Essa medida garante a continuidade e a qualidade dos serviços prestados pela Secretaria, sendo, portanto, plenamente viável e alinhada com as necessidades do município.

Buriti - MA, 16 de janeiro de 2025.

Rodrigo Carneiro Barbosa
Equipe de Planejamento
Portaria 026/2025

Matheus Macedo da Silva
Equipe de Planejamento
Portaria 026/2025

RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO SIMPLIFICADA DE RISCOS

PARECER TÉCNICO - INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2025
Objeto: locação de imóvel destinado ao funcionamento da Farmácia Pública Municipal, de interesse da Secretaria Municipal de Saúde.

I – Fundamentação Legal

1. O art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021 determina que a fase preparatória da licitação deve conter a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução do contrato.
2. O art. 169, § 3º, da mesma Lei prevê que a exigência de práticas contínuas de gestão de riscos observará critérios de materialidade, relevância e complexidade da contratação.
3. A Lei nº 14.133/2021, embora exija análise de riscos, não impõe a obrigatoriedade da elaboração de documento formal denominado "mapa de riscos" para todas as contratações.

II – Análise Técnica

1. A presente contratação consiste na locação de imóvel já edificado, regularizado e apto ao uso pretendido, não demandando intervenções estruturais ou reformas.
2. O imóvel será utilizado para fins administrativos e institucionais, sem atividades que envolvam riscos operacionais, uso de maquinários perigosos ou serviços críticos.
3. O valor estimado da contratação é compatível com contratações de baixo impacto financeiro e operacional para a administração pública municipal.
4. O município possui histórico de contratações semelhantes, sem registros de incidentes ou falhas que comprometessem a execução contratual.
5. A locação possui flexibilidade para substituição do imóvel em caso de necessidade, minimizando riscos à continuidade dos serviços públicos.

III – Conclusão

Diante do exposto, com base nos dispositivos legais mencionados e na análise técnica realizada, conclui-se que:
A análise de riscos realizada de forma simplificada é adequada para esta contratação, considerando sua baixa complexidade e impacto.

Não se justifica a elaboração de mapa de riscos formal e detalhado, desde que esta avaliação esteja devidamente documentada e fundamentada no processo.

A presente justificativa atende aos princípios da eficiência, proporcionalidade e razoabilidade, além de garantir o planejamento adequado conforme a Lei nº 14.133/2021.

Buriti - MA, 16 de janeiro de 2025.

Rodrigo Carneiro Barbosa
Equipe de Planejamento
Portaria 026/2025

Matheus Macedo da Silva
Equipe de Planejamento
Portaria 026/2025

DESPACHO INTERNO

Setor de Planejamento
Para: Raí Pablo Sousa de Aguiar
Secretária Municipal de Saúde
Nesta ...

Prezado,

Devolvemos o presente processo ao setor demandante após a conclusão das atividades solicitadas.

Informamos que foram elaborados os seguintes documentos:

1. Estudo Técnico Preliminar;
2. Mapa de Classificação de Riscos.

Os arquivos elaborados estão anexados ao processo para análise e providências cabíveis. Caso haja necessidade de ajustes ou informações adicionais, estamos à disposição para colaborar.

Buriti - MA, 16 de janeiro de 2025

Atenciosamente,

Rodrigo Carneiro Barbosa
Equipe de Planejamento
Portaria 026/2025

Matheus Macedo da Silva
Equipe de Planejamento
Portaria 026/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores.

Prefeitura Municipal de Buriti-MA

DESPACHO

Ao Departamento de Engenharia
Prefeitura Municipal de Buriti-MA

Assunto: Solicitação de Laudo de Vistoria e Avaliação de Imóvel

Senhores(as),

Com os cumprimentos, informo que a Secretaria Municipal de Saúde realizou uma análise dos prédios disponíveis para locação no município de Buriti-MA e identificou um imóvel localizado na **Praça Constâncio Carvalho Júnior, nº 50, Centro, Buriti-MA**, que pode atender às necessidades da Secretaria.

Diante disso, venho, por meio deste, solicitar ao Departamento de Engenharia a realização de um Laudo de Vistoria e Avaliação Técnica do referido imóvel, com a finalidade de verificar sua adequação para locação destinada ao funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde.

O imóvel deverá ser avaliado quanto aos seguintes aspectos:

1. **Condições estruturais e funcionais:** Verificar se o imóvel apresenta condições adequadas para uso imediato e se atende aos requisitos de segurança, acessibilidade e infraestrutura.
2. **Compatibilidade com as necessidades da Secretaria:** Analisar se o espaço físico atende à exigência mínima de 100m² e às demandas administrativas e operacionais.
3. **Conformidade legal:** Garantir que o imóvel está em conformidade com as normas técnicas e legais vigentes, incluindo as regulamentações de segurança contra incêndios e acessibilidade.
4. **Avaliação do valor de locação:** Emitir parecer técnico sobre a compatibilidade do valor de mercado, considerando o custo-benefício para a Administração Pública.

Solicita-se que, após a vistoria, seja emitido um relatório detalhado contendo as conclusões e recomendações pertinentes para subsidiar a decisão sobre a locação do referido imóvel.

Desde já, agradeço pela atenção e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários.

Buriti/MA, 17 de janeiro de 2025.

Atenciosamente,

Raí Pablo Sousa de Aguiar
Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 021, 2025
Fls. 23
Rubrica:

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA
LAUDO DE VISTORIA E AVALIAÇÃO

1- REQUERENTE
Prefeitura Municipal de Buriti
CNPJ Nº: **06.117.071\0001-55**
2- OBJETO
Trata-se da avaliação mercadológica de um imóvel, localizado na PC C Carvalho Júnior, nª 50, Centro, Buriti - MA.

3- PROPRIETÁRIO
NOME: Evangelista Portela Costa
CPF: 931.240.823-20
RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR/UF: 15103 - PMMA

4- LOCAL, DATA E RESPONSÁVEL TÉCNICO
Buriti, 21 de Janeiro de 2025.
Alailson Holanda Rodrigues.
Engenheiro Civil CREA MA 111720051-5

5- DESCRIÇAO DO OBJETIVO
Vistoria de avaliação no referido imóvel objetivando emitir parecer técnico quanto ao valor do aluguel do imóvel.

6- METODOLOGIA DO TRABALHO
Foi procedida vistoria que teve por finalidade a constatação das condições atuais do imóvel e terreno tais como: Tipo do piso, revestimentos, pintura, cobertura, defeitos ou vícios de construção.

7- VISTORIA
De acordo com a vistoria realizada por esta equipe técnica no local, constatamos as seguintes características do imóvel e passaremos a descrevê-las:

7.1- DIMENSÕES LIMITES
O imóvel em questão possui área construída de **108,19 m²**.

a) Área total construída----------	108,19 m²

7.2- CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

O referido imóvel é constituído por 3 quartos, sendo uma suite,1 banheiro social, 1 copa com cozinha integrada, 1 garagem e 1 área de serviço, todos os ambientes com piso cerâmico e emassadas e pintadas com tinta acrilica e forro de PVC, as paredes da cozinha e dos banheiros são revestidas com ceramica até a altura de 1,80 m. A cobertura é composta por telhas cerâmicas e estrutura de madeira. As esquadrias são de madeira.Possui também uma área livre de 73,70 m² toda cercada por muro.

7.3- INFRA-ESTRUTURA DO LOCAL
A zona onde esta localizado o imóvel está inserida na malha urbana e é servida por rede de água e energia elétrica, Correios, correspondentes bancários e outros como lojas e supermercados. Dante dessa constatação podemos classificar o diagnóstico do mercado local da seguinte forma:

a) DESEMPENHO DO MERCADO: NORMAL
b) ABSORÇÃO: NORMAL
c)NÚMERO DE OFERTAS: BAIXO
d)NÍVEL DE DEMANDA: BAIXO
e)CLASSIFICAÇÃO QUANTO A LIQUIDEZ: NORMAL

8- CONCLUSÃO
Em virtude do estado de conservação e em função dos cálculos do **ANEXO I**, desse laudo, estipulamos o valor do referido aluguel em **R$ 2.001,18 (Dois mil e um reais e dezoito centavos).**

Prefeitura Municipal de Buriti-MA

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA
LAUDO DE VISTORIA E AVALIAÇÃO

ANEXO I

DESCRIÇÃO TÉCNICA

1) MÉTODO EMPREGADO

Para a avaliação do aluguel do imóvel foi utilizado o método comparativo direto com homogeneização por fatores, conforme descrito na Norma Brasileira NBR-14653. Por este método, o imóvel é avaliado por comparação com imóveis de características semelhantes, cujos respectivos valores unitários (por m²) são ajustados com fatores que tornam a amostra homogênea. O sanemamento dos valores amostrais foi feito utilizando-se o *Critério Excludente de Chauvenete* e o tratamento estatístico fundamentou-se na Teoria das pequenas Amostras (n<30) com a destribuição 't' de Student com confiança de 80%, consoante com a Norma Brasileia**. Nenhum fator de tratamento foi inserido na amostra desta avaliação.**

2) IMÓVEIS AMOSTRADOS PARA COMPARAÇÃO

2.1- IMÓVEL 1

Um imóvel com 1 cozinha, 1 sala, 1 banheiro social, 2 quartos, 1 suíte, 1 depósito, 1 área para PETs ,1 garagem, 1 área de serviço, todos com piso com revestimento ceramico, paredes pintadas com tinda acrilica, forro de PVC e cobertura em estrutura de madeira com telha cerâmica.

a) Área total construída	125,26 m²
b) Valor do aluguel	1.800,00 R$
c) Valor por metro quadrado	14,37 R$/m²

2.2- IMÓVEL 2

Um imóvel com dois quartos, sendo um suite, terraço, sala e cozinhas, banheiro e uma área livre, em alvenaria de tijolos cerâmicos, com cobertura em telha cerâmica com estrutura de madeira, forro de PVC e piso cerâmico, todas as esquadrias de vidro.

a) Área total construída	86,86 m²
b) Valor do aluguel	1.200,00 R$
c) Valor por metro quadrado	13,82 R$/m²

2.3- IMÓVEL 3

O referido imóvel é constituído por 3 suítes, 1 quarto, 1 banheiro social, 1 copa com cozinha integrada, 1 garagem e 1 área de serviço, todos os ambientes com piso cerâmico de porcelanato e emassadas e pintadas com tinta acrilica semibrilo e forro de gesso, as paredes da cozinha e dos banheiros são revestidas com ceramica até a altura de 1,80 m. A cobertura é composta por telhas cerâmicas e estrutura de madeir. As esquadrias são compostas por vidro e aluminio.Possui também uma área livre de 50,87 m² toda cercada por

a) Área total construída	200,86 m²
b) Valor do aluguel	2.300,00 R$
c) Valor por metro quadrado	11,45 R$/m²

3) HOMOGENEIZAÇÃO

Imóvel	R$/m²	R$/m² homog.
1	14,37	14,37
2	13,82	13,82
3	11,45	11,45

Valores homogeneizados (X), em R$/m²

Média: $X = \Sigma(Xi)/n$

X = 13,21

Desvio padrão: $S = \sqrt{(\Sigma(X - Xi)^2)/(n-1)}$

S = 1,55

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI | Prefeitura Municipal de Buriti-MA

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA
LAUDO DE VISTORIA E AVALIAÇÃO

4) VERIFICAÇÃO DOS VALORES PELO CRITÉRIO EXCLUDENTE DE CHAUVENET.

O quociente entre o desvio (d) de cada amostra e o desvio padão deve ser menor que o valor critico (VC), fornecido pela tabela de Chauvenet. Ou seja, $d = |Xi - X|/S < VC$, o valor crítico para as 3 amostras, pela tabela de Chauvenet é VC = 1,38.

Amostra	Desvio (d)	Situação
1	0,75	Pertinente
2	0,39	Pertinente
3	1,14	Pertinente

4) CÁLCULO DA AMPLITUDE DO INTERVALO DE CONFIANÇA.

Os limites do intervalo de confiança (Li e Ls) são os extremos dentro dos quais teoricamente, um valor tem 80% de chance de se encontrar. Eles são determinados pelas fórmulas $Li = X - tc*S/\sqrt{(n-1)}$ e $Li = X + tc*S/\sqrt{(n-1)}$, onde tc é o valor da *Tabela de Percentis de Destribuição t de Student,* para 80% de confiança e 2(n-1) graus de liberdade.

Limite inferior do intervalo de confiança: $Li = X - tc*S/\sqrt{(n-1)}$
Li = 11,14
Limite inferior do intervalo de confiança: $Li = X + tc*S/\sqrt{(n-1)}$
Ls = 15,28

5) CÁLCULO DO CAMPO DE ARBÍTRIO

Considerando-se a pequena dilatação do intervalo de confiança, o campo de arbítrio é idêntico ao intervalo de confiança sendo portanto de **R$ 11,14 a R$ 15,28.**

6) TOMADA DE DECISÃO SOBRE O VALOR UNITÁRIO DO ALUGUEL DO IMÓVEL AVALIADO.

Obs: O perito tem liberdade para determinar o valor unitário dentro do campo de arbítrio. Como sugestão, estamos utilizando o critério da média de valores dentro do campo de arbítrio.

a) Valor unitário do aluguel do imóvel avaliado----------	**13,21 R$/m²**
b) Valor final aluguel----------	1.429,41 R$
Valor do aluguel do imóvel avaliado adotado:	2.001,18 R$

Obsevação: O imovel está localizada em uma área comercial, tendo em vista essa informação, dispõem-se o fator de 1,4 pra áreas construidas nessas proximidades, e o fator 1 para imóveis em outras regiões.

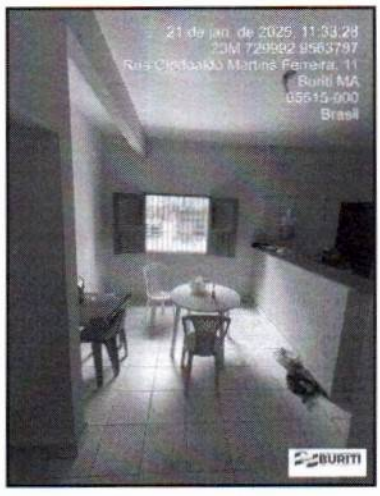
Buriti, 21 de Janeiro de 2025.
Alailson Holanda Rodrigues.
Engenheiro Civil - CREA MA 111720051-5

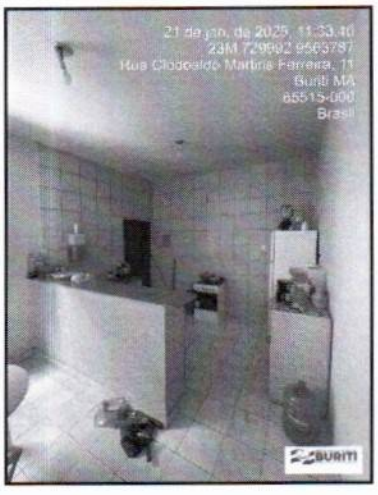
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores

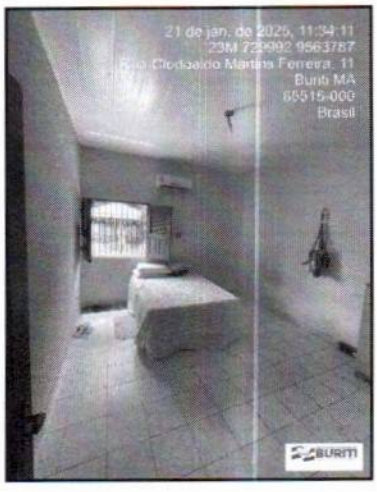
Prefeitura Municipal de Buriti-MA

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA
LAUDO DE VISTORIA E AVALIAÇÃO

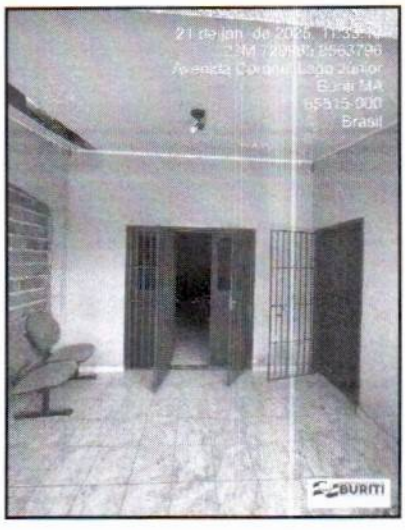
ANEXO II
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

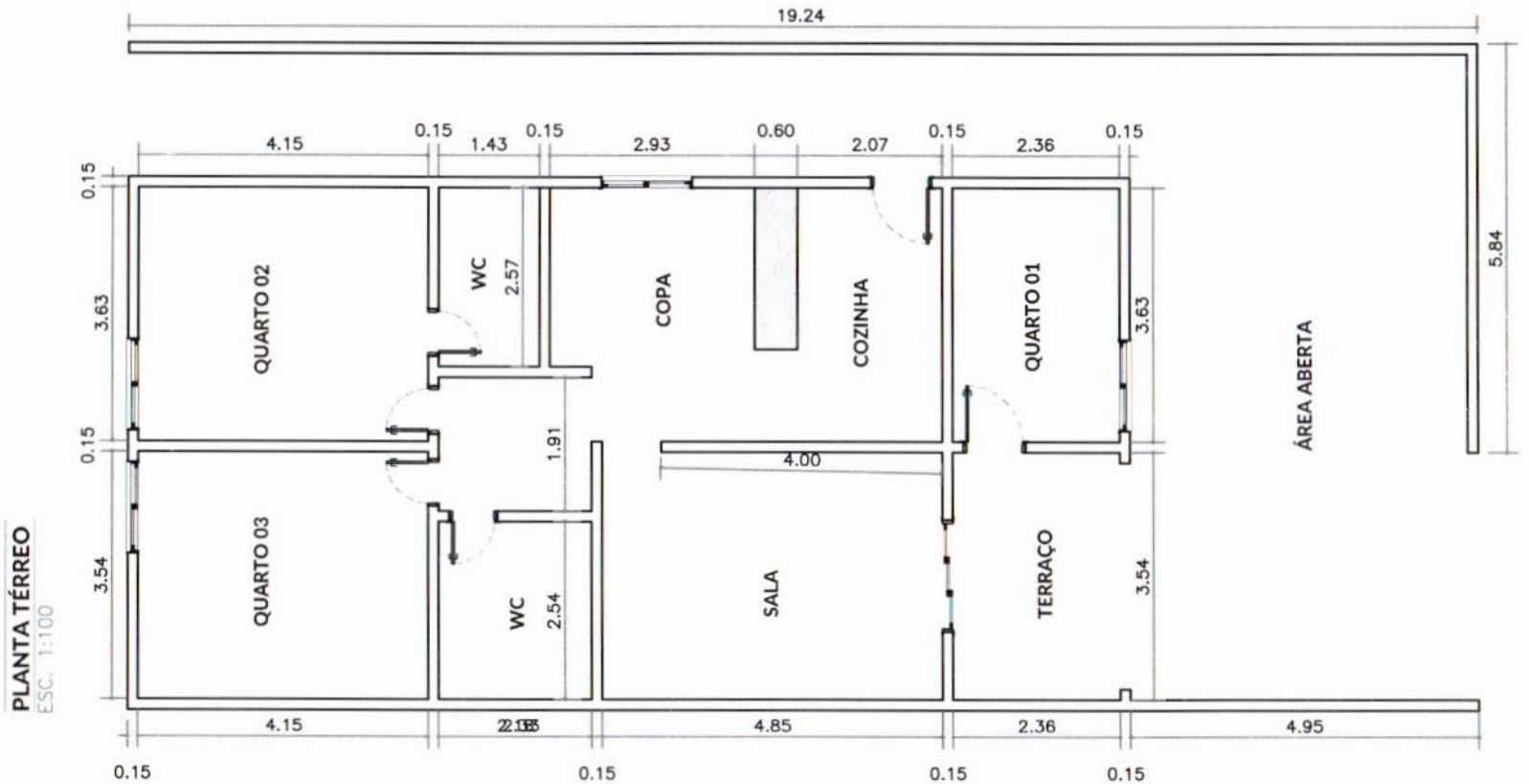












PLANTA TÉRREO
ESC. 1:100

NOTAS

- COTAS EM METROS;
- COTAS DE NÍVEL EM METROS;
- CONFERIR MEDIDAS, ABERTURAS, NÍVEIS E PRUMOS NO LOCAL;
- MEDIDAS EM COTA PREVALECEM SOBRE O DESENHO;
- ESSA PRANCHA DEVE SER IMPRESSA COLORIDA;

FOLHA 01/00

DATA	DESENHO	ARQUIVO	DISCIPLINA	TÍTULO
21/01/2025	LETHÍCIA MORAIS	PLANTA BAIXA FARMACIA BASICA.DWG	PLANT BAIXA	ARQUITETÔNICO

RESPONSÁVEL	ESCALA	COD. DO PROJETO	FASE	PROJETO	CLIENTE
ALAILSON HOLANDA RODRIGUES	1:100		LEV	FARMÁCIA BÁSICA	PREFEITURA DE BURITI

TRABALHO DESENVOLVIDO POR

ALAILSON HOLANDA RODRIGUES 05402 721327

Assinado de forma digital por ALAILSON HOLANDA RODRIGUES:05402721327 Dados: 2025.01.21 16:56:42 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Fls. nº
Rubrica:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. 021 2025
Fls. 28
Rubrica:

SOLICITAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

À Prefeitura Municipal de Buriti/MA
Secretaria Municipal de Saúde

Para: Setor de Contabilidade – Prefeitura Municipal de Buriti/MA

Assunto: Solicitação de Dotação Orçamentária

Prezado(a) Senhor(a),

Com os cumprimentos, venho, por meio deste, solicitar a verificação e reserva de dotação orçamentária destinada à contratação de locação de imóvel para o funcionamento da Farmácia básica municipal destinado à Secretaria Municipal de Saúde. O imóvel em análise está localizado na **Praça Constâncio Carvalho Júnior, nº 50, Centro, Buriti-MA**, e será utilizado para acomodar as atividades administrativas e o atendimento ao público.

O valor mensal estimado para a locação do imóvel é de R$ 2.001,18 (dois mil e um reais e dezoito centavos), totalizando o valor anual de R$ 24.014,16 (vinte e quatro mil e quatorze reais e dezesseis centavos) para um período de 12 (doze) meses.

A solicitação tem como objetivo garantir a viabilidade financeira para a formalização do contrato, conforme as etapas previstas no processo de contratação. Solicita-se que a dotação seja alocada de acordo com a classificação orçamentária pertinente, considerando o exercício de 2025.

Agradeço pela atenção e agilidade na análise desta solicitação, e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos ou informações adicionais.

Buriti/MA, 22 de janeiro de 2025.

Atenciosamente,

Raí Pablo Sousa de Aguiar
Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI/MA
Proc. Nº 021 - 2025
Fls. 29
Rubrica:

Código identificador: 2594b927ef07fad70a6959eda16d3665

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI

PORTARIA MUNICIPAL Nº 028/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

RESOLVE

Art. 1º Nomear a Sra. Ramile Bruna da Silva Lages**, brasileira, portadora do CPF nº 057.425.803 - 55 e RG n° 021987622002-7 SSP/MA**, Contadora Geral da Contabilidade Geral do Município de Buriti – MA.
Art. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em Lei.
Art. 3º - Os efeitos desta portaria retroagem a 06 de janeiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 13 de janeiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: ba723626240c98a7a9c5c56b66e3aa1b

PORTARIA MUNICIPAL Nº 029/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

RESOLVE

Art. 1º Nomear o **Sr.** João Vito Moraes Silva**, brasileiro, portador do CPF nº 062.281.693 - 43 e RG n° 041466762011 - 3 SSP/MA**, Controlador Geral da Controladoria Geral do Município de Buriti – MA.
Art. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em Lei.
Art. 3º - Os efeitos desta portaria retroagem a 06 de janeiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 13 de janeiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 1d39b6f384715870735622b0fe536a0d

PORTARIA Nº 026/2025 GP DE 10 DE JANEIRO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE BURITI/MA, no uso das suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 55 da lei orgânica deste município, e conforme disposto no art. 18 da Lei 14.133/21.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para compor a Equipe de Planejamento da Contratação da Prefeitura Municipal de Buriti - MA, sem prejuízo das atribuições laborais em sua respectiva lotação.

Rodrigo Carneiro Barbosa, CPF Nº 666.019.323 -53 e RG nº 117140937 SEJUSP/MA

Matheus Macedo da Silva, CPF Nº 050.010.633-96 e RG nº 021950962002-1 SSP/MA

Art. 2º- Competências dos integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação.

I - Elaboração do Estudo Técnico Preliminar e Gerenciamento de Riscos, realizando o alinhamento do objeto a ser contratado quanto as regras internas e externas das respectivas áreas, com vistas a reduzir erros, atrasos na fase de execução em decorrência de falhas da fase de Planejamento da contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores.

Prefeitura Municipal de Buriti-MA

Ao Senhor
Raí Pablo Sousa de Aguiar
Secretário Municipal de Saúde
Nesta,

Conforme solicitado, segue em anexo as referidas rubricas orçamentárias referentes ao objeto: Locação de imóvel destinado ao funcionamento da Farmácia básica municipal destinado à Secretaria Municipal de Saúde do município de Buriti-MA.

Informamos a dotação orçamentária para a referida despesa em anexo:

ANEXO I – RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

ÓRGÃO: 02 – PODER EXERCUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 06 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
PROJETO/ATIVIDADE: 10 301 0075 1010 0000 MANUT. E FUNCIONAMENTO SEC DE SAUDE
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.36.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA

ANEXO II – RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

ÓRGÃO: 02 – PODER EXERCUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 12 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
PROJETO/ATIVIDADE: 10 301 0075 2104 0000 MANUT. FUNC. FUNDO MUN. SAUDE
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.36.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA

Buriti-MA, 22 de janeiro de 2025

Atenciosamente,

Ramile Bruna da Silva Lages
Ramile Bruna da Silva Lages
CRC: PI-012689/O-5 T- MA
Contadora Geral do Município de Buriti-MA

Ao setor demandante
Secretária Municipal de Saúde

Assunto: Elaboração do Termo de Referência

Com os cumprimentos, encaminho a presente solicitação para a elaboração do Termo de Referência, referente à locação de imóvel destinado ao funcionamento da Farmácia Básica municipal destinado à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Buriti-MA, localizado na Praça Constâncio Carvalho Júnior, nº 50, Centro, Buriti-MA.

O imóvel em questão possui área total de 108,19m², atendendo às necessidades específicas da Secretaria, e deverá constar no Termo de Referência as seguintes informações:

1. Descrição detalhada do objeto: Locação de imóvel com área de 108,19m², destinado ao pleno funcionamento da Farmácia Básica Municipal.
2. Justificativa da contratação: Necessidade de garantir um espaço adequado para as atividades administrativas e o atendimento à população, considerando a ausência de imóvel próprio que atenda às demandas.
3. Valor estimado para a locação: R$ 2.001,18 (dois mil e um reais e dezoito centavos), totalizando o valor anual de R$ 24.014,16 (vinte e quatro mil e quatorze reais e dezesseis centavos) para o período de 12 (doze) meses.
4. Especificações técnicas e requisitos do imóvel: Infraestrutura adequada, acessibilidade, condições de uso imediato, localização estratégica e conformidade com as normas vigentes.
5. Condições gerais da contratação: Prazo de vigência, obrigações das partes envolvidas e outras cláusulas necessárias para a formalização do contrato.

Solicita-se que o documento seja elaborado e encaminhado com a máxima brevidade, de modo a assegurar o prosseguimento dos trâmites administrativos.

Buriti/MA, 22 de janeiro de 2025.

Atenciosamente,

Raí Pablo Sousa de Aguiar
Secretário Municipal de Saúde

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Locação de imóvel destinado ao funcionamento da Farmácia básica municipal destinado à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Buriti-MA, localizado na Praça Constâncio Carvalho Júnior, nº 50, Centro, Buriti-MA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, enquanto houver necessidade pública, por consenso entre as partes e mediante Termo Aditivo.

1.4 Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, a inexistência de sanções vigentes impeditivas para licitar ou contratar com a Administração Pública, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

2.1 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A contratação visa atender à necessidade de um espaço físico adequado para o pleno funcionamento da Farmácia Básica Municipal, considerando a inexistência de imóvel próprio e a demanda por um local que suporte as atividades administrativas e o atendimento ao público.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexado ao autos

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos Funcionais e Estruturais

4.1.1. **Espaço e Capacidade:** O imóvel deve oferecer uma área útil que suporte a organização eficiente de materiais, equipamentos e documentos. Considerando uma projeção de crescimento para os próximos anos, o imóvel deve ter uma área mínima de **100 m²**.

4.1.2. **Layout Flexível:** O espaço deve ser adaptável ou já estruturado de maneira a permitir a organização de áreas administrativas, salas de reuniões, recepção e arquivo, garantindo uma operação eficaz e segura.

4.1.3. **Acessibilidade:** O imóvel deve ser acessível para todas as pessoas, incluindo aquelas com mobilidade reduzida, e atender às normas de acessibilidade, com rampas, banheiros adaptados e demais itens necessários.

4.1.4. **Segurança:** O imóvel deve contar com infraestrutura que garanta a segurança dos ocupantes, documentos e equipamentos, incluindo sistemas de alarme, iluminação adequada e medidas de prevenção e combate a incêndios.

4.1.5. **Infraestrutura de Suporte:** O imóvel deve dispor de serviços básicos, como fornecimento de energia elétrica, água potável, saneamento e conectividade de internet de alta velocidade.

4.2. Requisitos de Localização

4.2.1. **Proximidade com a Prefeitura Municipal:** O imóvel deve estar localizado a uma distância razoável da sede da Prefeitura Municipal de Buriti-MA, preferencialmente em um raio de até 2 km, para facilitar o acesso e a logística.

4.2.2. **Segurança da Área:** A localização deve ser em uma área com baixos índices de criminalidade e sem riscos ambientais, garantindo a segurança dos funcionários e do público atendido.

4.2.3. **Acesso a Vias Principais:** O imóvel deve estar próximo a vias de acesso principais, facilitando o deslocamento e reduzindo o tempo de transporte.

4.3. Considerações Legais e Regulatórias

4.3.1. **Conformidade Legal:** O imóvel deve estar em conformidade com todas as leis e regulamentos municipais, estaduais e federais aplicáveis.

4.3.2. **Licenças e Autorizações:** O proprietário deve garantir que o imóvel possua todas as licenças e autorizações necessárias para seu funcionamento, incluindo alvarás e certidões exigidas pela legislação vigente.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 O LOCADOR deverá entregar ao LOCATÁRIO o imóvel alugado, com suas pertenças, em estado de servir ao uso a que se destina e a mantê-la nesse estado, pelo tempo do Contrato, reparando todo e qualquer dano ou deterioração das estruturas físicas do imóvel, bem como responder pelos vícios e defeitos anteriores à locação;

5.1.1 Em caso de não cumprimento, o LOCATÁRIO poderá, após Notificação Extrajudicial, efetuar a redução proporcional do aluguel para suprir os gastos decorrentes da execução dos reparos necessários, mediante contraprestação das notas fiscais ou recibos dos referidos serviços;

5.2 Ao LOCATÁRIO é facultada a realização de obras de ampliação e adaptação que julgar necessárias para atender à finalidade pública, sempre com o consentimento por escrito do LOCADOR;

5.2.1 As despesas deverão ser feitas à custa do LOCADOR e sob sua inteira responsabilidade, as quais, findada a locação, ficarão incorporadas ao imóvel, sem que lhe caiba direito à indenização pelas mesmas;

5.3 Quando necessário acrescer o espaço locado, sendo este de propriedade do LOCADOR e que faça parte do imóvel em questão, o mesmo deverá ser feito através de Termo Aditivo, tendo como parâmetro o valor do m² avaliado no Laudo de Avaliação de Imóvel;

5.4 O LOCADOR fica obrigado a custear e/ou ressarcir as obras comprovadamente úteis ou necessárias à conservação e manutenção do imóvel, conforme disposto no art. 578 da Lei Federal nº 10.406/2002, bem como no art. 35 da Lei Federal nº 8.245/1991;

5.5 O Termo de Recebimento do Imóvel será lavrado pelo(a) Fiscal do Contrato, no ato de recebimento das chaves, momento este que será dado início à vigência da contratação;

5.6 Comporá o Termo de Recebimento do Imóvel o Relatório Técnico elaborado por servidor(a) do Locatário, detalhando as condições do imóvel que será recebido, devendo conter fotografias, bem como ser conclusivo quanto a aprovação das instalações a serem ocupadas;

5.7 O Termo de Devolução do Imóvel será lavrado pelo(a) Fiscal do Contrato quando da desocupação do imóvel ao final do Contrato, devendo ser assinado pelo Locador, momento em que será dada a quitação de todas as obrigações advindas do Contrato;

5.8 Deverá ser constituído relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração;

5.9 A extinção desta contratação poderá se dar nos termos do art. 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133/2021;

5.9.1 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório;

5.10 No caso de rescisão provocada por inadimplemento do LOCADOR, o LOCATÁRIO poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes da contratação até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados;

5.11 Também constitui motivo para a extinção do contrato a ocorrência de qualquer das hipóteses enumeradas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, que sejam aplicáveis a esta relação locatícia;

5.12 Nos casos em que reste impossibilitada a ocupação do imóvel, tais como incêndio, desmoronamento, desapropriação, caso fortuito ou força maior etc., o LOCATÁRIO poderá considerar o contrato rescindido imediatamente, ficando dispensada de qualquer prévia notificação, ou multa, desde que, nesta hipótese, não tenha concorrido para a situação;

5.13 O termo de rescisão deverá ser publicado no sítio eletrônico oficial do órgão e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da

contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), Entre as atribuições, compete ao fiscal de contrato e seu substituto:

6.7 Acesso aos autos do contrato e do procedimento licitatório que o antecedeu, sempre que solicitado, podendo solicitar cópia dos documentos necessários à fiscalização;

6.8 Informar ao gestor do contrato, de ofício ou a requerimento, todas as ocorrências relevantes referentes à execução contratual, inclusive eventuais atrasos e descumprimentos, sugerir as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

6.9 Solicitar ao Contratado os documentos exigidos para a prestação do serviço ou fornecimento do bem, a correção de falhas na execução contratual, inclusive cumprimento da legislação aplicável, substituição de produtos defeituosos ou repetição de serviços executados em desconformidade com as normas aplicáveis;

6.10 Informar às autoridades competentes as ilegalidades e irregularidades que constatar;

6.11 Elaborar relatório registrando as ocorrências sobre a prestação dos objetos referentes ao período de sua atuação quando do seu desligamento ou afastamento definitivo;

6.12 Receber cópias dos documentos essenciais da contratação pelo setor de contratos, a exemplo do ato convocatório e seus anexos, do contrato, da proposta da contratada/planilha de custos e formação de preços, da garantia, quando houver, e demais documentos indispensáveis à fiscalização;

6.13 A aferição do cumprimento da entrega dos objetos contratados deverá ser feita por meio de nota técnica elaborada pelo fiscal do contrato, que ateste a execução dos serviços ou entrega dos bens no prazo previsto e em conformidade com a qualidade e as especificações pactuadas;

6.14 Caso fique demonstrada irregularidade nos documentos de habilitação, na execução ou entrega dos bens e serviços contratados, o fiscal do contrato deverá notificar o contratado para regularização;

6.15 A manutenção da irregularidade, sem justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, ensejará abertura de procedimento de apuração de irregularidade contratual - PAIC, que poderá resultar em rescisão contratual;

6.16 A fiscalização/gestão será exercida por servidores designados por Portaria pelo LOCATÁRIO, aos quais competirá acompanhar a execução da contratação e sanar as dúvidas que surgirem, nos termos do art. 104 e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021;

6.17 A atuação do fiscal deverá contar com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais;

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 O objeto será medido de forma mensal através de relatório da fiscalização atestando a utilização do imóvel.

7.2 O pagamento será realizado a partir do atesto pelo Fiscal do Contrato, mediante crédito em conta corrente do LOCADOR e estabelecido como segue:

7.3 O pagamento dos valores pactuados será realizado pelo LOCATÁRIO, a partir do atesto, pelo Fiscal do Contrato, mediante crédito em conta corrente do LOCADOR, obedecendo aos critérios da legislação vigente ou instrução normativa/portaria;

7.4 Estando com a documentação correta, o atesto do fiscal ou gestor deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do protocolo da respectiva nota, fatura, recibo ou documento equivalente, instruído com os documentos exigidos;

7.5 O pagamento da obrigação deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da liquidação da despesa, não podendo ultrapassar o prazo de 2 (dois) meses, a contar da emissão da nota fiscal, fatura ou documento equivalente;

7.6 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

7.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

7.8 Havendo erro na apresentação dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a LOCADOR providencie as medidas saneadoras;

7.9 Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o LOCATÁRIO;

7.10 A emissão antecipada do documento de cobrança não implicará adiantamento para o pagamento da despesa;

7.11 O LOCADOR deverá indicar, nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

7.12 O LOCATÁRIO reserva-se o direito de reter qualquer quantia ou crédito porventura existente em favor do LOCADOR, enquanto existirem obrigações não cumpridas;

7.13 É facultada a retenção dos créditos decorrentes dos contratos, até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021;

7.14 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do LOCADOR;

7.15 Para realização de pagamentos nos contratos de compra, locação de bens, fornecimento de mercadorias e prestação de serviços, especialmente os contínuos, excluídos os contratos sob o regime de dedicação exclusiva de mão-de-obra, se não houver situação de inexecução contratual, exigir-se-á do LOCADOR, para pagamento, apenas a prova da regularidade fiscal perante o Município de Buriti-MA;

A simplificação do procedimento de pagamento não exonera a Administração do dever de fiscalização contratual, inclusive quanto à manutenção do cumprimento dos requisitos de habilitação e qualificação por parte do LOCADOR;

7.16 Os documentos constantes acima poderão ser modificados caso haja alteração na legislação vigente e, ainda, poderá ser solicitado algum documento complementar julgado necessário à complementação do processo;

7.17 Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada ao LOCADOR, ficando o pagamento pendente até que se providenciem as medidas saneadoras;

7.18 Na hipótese de fatos impeditivos do pagamento decorrentes de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a interrupção destes fatos;

7.19 A não manutenção das condições exigidas para a habilitação, durante a execução contratual não permite a retenção do pagamento devido ao LOCADOR;

Cabe ao respectivo fiscal ou gestor adotar as providências para apuração de possível descumprimento contratual;

7.20 Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pelo LOCATÁRIO, o valor devido ao LOCADOR deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

I = (TX/100)/365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

7.21 Caso seja pertinente ao objeto da contratação poderá ser submetida ao reajustamento de seus preços, tendo como data-base vinculada à data de assinatura do contrato;

DO REAJUSTE

7.22 Poderá ser concedido o reajuste do preço contratado, a requerimento do LOCADOR e depois de transcorrido um ano da assinatura do contrato, de acordo com o índice de correção monetária geral ou setorial contratualmente definido, neste caso pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM, restando sua análise de competência do LOCATÁRIO;

7.22.1 Reajuste é a recomposição do equilíbrio econômico financeiro alterado em decorrência de variação ordinária de preços através da aplicação de índice inflacionário geral ou setorial previamente definido em contrato, que ocorrerá nos contratos em que não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais;

7.22.2 Excepcionalmente, na ausência dos índices específicos ou setoriais, previstos no subitem anterior, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajoso para a Administração, calculado por instituição oficial que retrate a variação do poder aquisitivo da moeda;

7.23 O deferimento do reajuste acima descrito somente terá incidência no preço contratado a partir da data do protocolo do pedido de reajuste;

7.24 O preço poderá ser reajustado novamente somente após 12 (doze) meses do anterior, incidindo sobre o valor atualizado do contrato;

7.25 Nos reajustes subsequentes o termo inicial do período de correção monetária ou reajuste será a data a que o reajuste anterior tiver se referido;

7.26 São nulos de pleno direito quaisquer expedientes que, na apuração do índice de reajuste, produzam efeitos financeiros equivalentes aos de reajuste de periodicidade inferior à anual;

7.27 A prorrogação contratual sem a solicitação do reajuste implica a preclusão deste, sem prejuízo dos futuros reajustes nos termos pactuados;

7.28 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o LOCATÁRIO pagará ao LOCADOR a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o LOCADOR obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

DA REVISÃO/REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.29 Também durante a vigência da contratação, o LOCADOR poderá solicitar a revisão dos preços para manter a equação econômico-financeira do contrato, mediante a comprovação dos fatos, inclusive com demonstração em planilhas de custos;

7.29.1 Revisão é a recomposição do equilíbrio econômico financeiro alterado em decorrência de variação extraordinária de preços;

7.30 Cabe ao LOCADOR fazer requerimento fundamentado que indique o fato extraordinário imprevisível e desequilíbrio de preços e insumos, este último devidamente acompanhado de documentação comprobatória da variação de preços;

7.31 Protocolado o pedido, caberá ao LOCATÁRIO confirmar a ocorrência de fato extraordinário, bem como realizar nova pesquisa de preços atualizada;

7.32 Os preços contratados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, de acordo com pesquisa de preços realizada pelo LOCATÁRIO, mantendo-se pelo menos a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante na proposta com aquele vigente no mercado à época da licitação ou contratação direta;

7.33 Constatado pelo LOCATÁRIO que o preço contratado está superior à média dos preços de mercado, em pesquisa realizada, solicitará formalmente ao LOCADOR a redução do preço de forma a adequá-lo ao praticado no mercado;

DA ANÁLISE CONTÁBIL E JURÍDICA DOS REAJUSTES/REVISÃO

7.34 Os pedidos de revisão ou reajuste dos preços contratados passarão por análise contábil e jurídica do LOCATÁRIO, cabendo ao representante do LOCATÁRIO a decisão sobre o pedido;

7.34.1 Após o pedido, o LOCATÁRIO terá o prazo de 30 (trinta) dias para resposta/conclusão do procedimento;

7.35 Deferido o pedido pela autoridade competente, a revisão será registrada por aditamento ao contrato, e o reajuste mediante apostilamento;

7.36 Nos aditivos e apostilamentos para reajuste e prorrogação contratual, o preço contratual poderá ser definido mediante simples reajuste do valor indicado no contrato, de acordo com o índice de reajuste previsto no respectivo contrato ou, quando não previsto, pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, o que for menor;

7.36.1 É vedada a definição do preço estimado mediante simples reajuste do valor indicado no laudo oficial quando este tiver cinco anos ou mais, na data da renovação ou prorrogação;

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de Inexigibilidade, com fundamento na hipótese do art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

8.2 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente (Art.14 da Lei Federal nº 14.133/2021):

8.2.1 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

8.1.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

8.1.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

8.1.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

8.1.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

8.1.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

8.3 Nos termos da legislação vigente, para locação de imóvel é necessário (Art. 74, inciso V, §5º da Lei Federal nº 14.133/2021): I - avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos; II - certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto; III - justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela;

8.4 Ademais, faz-se necessário para a instrução processual (Art. 72, incisos I a VIII da Lei Federal nº 14.133/2021): I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo; II - estimativa de despesa; III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos; IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; VI - razão da escolha do contratado; VII - justificativa de preço; VIII - autorização da autoridade competente;

Regime De Execução

8.5 O regime de execução do contrato será empreita global

Exigências de habilitação

8.6 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional:

8.7 Habilitações fiscal, social e trabalhista:

8.7.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

8.7.2 Certidão de regularidade fiscal perante a União, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa;

8.7.3 Certidão de regularidade fiscal perante o Estado de domicílio ou sede do licitante, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa;

8.7.4 Certidão de regularidade fiscal perante o Município de domicílio ou sede do licitante, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa;

8.7.5 Certidão de regularidade de débitos trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;

8.8 O proponente deverá apresentar também:

8.8.1 Proposta e Documentação relativa ao imóvel comprovando a propriedade ou direito real de uso;

8.8.2 Declaração de cumprimento do art. 7º, XXXIII, da CF/88;

8.8.3 Declaração que não há sanções vigentes que legalmente o proíbam de licitar e/ou contratar com o órgão ou entidade LOCATÁRIA;

9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	MATERIAL DE EXPEDIENTE	TIPO	QTDE	V. Mensal	V. Anual
1	Locação de imóvel destinado ao funcionamento da Farmácia Básica Municipal, localizado na Praça Constâncio Carvalho Júnior, nº 50, centro, Buriti-MA com 108,19 m²	MENSAL	12	2.001,18	24.014,16

9.1 valor indicado no laudo oficial é o preço máximo pelo qual o contrato poderá ser firmado, devendo os órgãos e entidades da Administração Pública se esforçarem para ajustar valores mais vantajosos para a administração.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentaria Anual de 2024.

10.1.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

ANEXO I – RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

ÓRGÃO: 02 – PODER EXERCUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 06 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
PROJETO/ATIVIDADE: 10 301 0075 1010 0000 MANUT. E FUNCIONAMENTO SEC DE SAUDE
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.36.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA

ANEXO II – RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

ÓRGÃO: 02 – PODER EXERCUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 12 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
PROJETO/ATIVIDADE: 10 301 0075 2104 0000 MANUT. FUNC. FUNDO MUN. SAUDE
CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.36.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA

10.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS REGRAS PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

11.1. O imóvel está localizado no endereço: Praça Constâncio Carvalho Júnior, nº 50, centro, Buriti-MA. Os efeitos financeiros da contratação só terão início a partir da data da entrega das chaves;

11.2. Salvo quando houver disposição diversa em contrato, o recebimento se dará:

11.2.1. Inicial, mediante vistoria e relatório detalhado, para atestar a conformidade do imóvel com a especificação contratual, e demais complementações que enseje ações corretivas no imóvel;

11.2.2. Mensalmente, mediante realização de atestado da conformidade do imóvel com a especificação contratual;

11.2.3. Anualmente, mediante nova vistoria e relatório detalhado, para atestar a conformidade do imóvel com a especificação contratual, e demais complementações que enseje ações corretivas no imóvel;

11.2.4. Final, mediante nova vistoria e relatório detalhado, para fins de devolução do imóvel;

11.3. O recebimento final não deverá exceder o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do encerramento do contrato;

12. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO

12.1. Fica dispensada a prestação de garantia para execução da contratação, conforme faculta o art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021;

13. PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE, INCLUSIVE COM A EVENTUAL PREVISÃO DA EXECUÇÃO DE LOGÍSTICA REVERSA PELO CONTRATADO, SE FOR O CASO.

DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

13.1 Pagar o valor do aluguel;

13.2. Utilizar o imóvel para o atendimento da finalidade pública proposta;

13.3. Levar ao conhecimento do LOCADOR, imediatamente, o surgimento de qualquer dano ou defeito para que seja realizada a reparação;

13.4. Realizar o imediato reparo dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocados por seus agentes, funcionários ou visitantes autorizados;

13.5. Fica o LOCATÁRIO responsável pelas contas de luz e água;

13.6. Fica o LOCATÁRIO responsável pela quitação do IPTU, proporcional ao período da locação

13.7. Havendo interesse na renovação da vigência contratual, deverá o LOCATÁRIO manifestar-se com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

13.8. Outras obrigações expressas no art. 23 da Lei Federal nº 8.245/1991 e demais dispositivos pertinentes;

DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

13.9. O LOCADOR deverá entregar ao LOCATÁRIO o espaço pronto, conforme tratativas realizadas e expostas na contraproposta apresentada;
13.10. Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel;
13.11. Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;
13.12. Informar ao LOCATÁRIO quaisquer alterações na titularidade do imóvel, inclusive com a apresentação da documentação correspondente;
13.13. Fornecer ao LOCATÁRIO recibo discriminando as importâncias pagas, vedada a quitação genérica;
13.14. Comunicar ao LOCATÁRIO a manifestação de não renovar o Contrato, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, para que a finalidade pública do presente instrumento não seja prejudicada ou interrompida, dando tempo hábil para que seja providenciado novo local;
13.15. O LOCADOR deverá aceitar a alteração da finalidade pública a ser atendida pela presente Locação, a qualquer tempo, sem que isso acarrete rescisão contratual, multa ou dever de pagar qualquer indenização;
13.16. O LOCADOR reconhece os direitos do LOCATÁRIO relativos a contratação:
13.16.1. Aumentar ou diminuir os quantitativos contratados nos limites legais;
13.16.2. Rescindi-lo, unilateralmente, nos casos especificados no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021;
13.16.3. Fiscalizar sua execução;
13.16.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial da contratação;
13.17. É dever do LOCADOR cumprir todos os dispositivos legais e contratuais, devendo ainda:
13.17.1. Manter as condições de habilitação durante toda a execução contratual;
13.17.2. Substituir, corrigir ou refazer objetos prestados de forma inadequada;
13.17.3. Manter preposto para representá-lo na execução do objeto contratual, bem como endereço de e-mail atualizado por meio do qual se estabelecerá comunicação e receberá notificações;
13.17.4. Responsabilizar-se por danos causados à administração ou a terceiros em decorrência de vício do objeto contratual ou sua execução;
13.17.5. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, se for o caso;

14. SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTOS DAS OBRIGAÇÕES PACTUADAS, INCLUSIVE AS OBRIGAÇÕES PRÉVIAS AO CONTRATO.

14.1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais, e as previstas em lei ou regulamento à parte que der causa à rescisão;
14.2. Caso o LOCADOR der causa à rescisão injustificada, por desrespeitar o estabelecido que comprometa a efetividade da presente locação, haja vista a importância do bem imóvel, para a continuidade dos serviços prestados pela unidade desconcentrada, deverá pagar multa referente ao valor de 01 (um) mês de aluguel;
14.3. Havendo a comunicação tempestiva do interesse por rescindir o Contrato, respeitando os prazos estabelecidos, a parte que der causa à rescisão ficam as partes isentas do pagamento da multa contratual;
14.4. Considerando que a necessidade na locação do presente imóvel é provisória, ficará acordado entre as partes que caso haja o término prematuro da reforma no imóvel, HAVERÁ o distrato amigável sem aplicação de penalidades;

14.5. Advindo qualquer intempérie sobre o imóvel decorrente de ações judiciais, extrajudiciais ou administrativas que obrigue o LOCATÁRIO a desocupar o imóvel antes do encerramento do Contrato, fica o LOCADOR obrigado a indenizar o Locatário por qualquer ônus que esse possa sofrer pela desocupação do imóvel;
14.6. Aplica-se, no que couber, as infrações previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021, apuradas em regular processo administrativo com garantia de contraditório e ampla defesa;

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Considerando que o desenvolvimento nacional sustentável é um dos três pilares das compras públicas conforme o art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, torna-se necessário que o LOCADOR observe as exigências ambientais e sociais inerentes envolvida no objeto da presente contratação, contida nas legislações correlatas;
15.2. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021;
15.3. Qualquer comunicação pertinente ao contrato, a ser realizada entre o LOCADOR e o LOCATÁRIO, inclusive para manifestar-se, oferecer defesa ou receber ciência de decisões sancionatórias ou sobre rescisão contratual, deve ocorrer por escrito, preferencialmente por meio eletrônico, admitida a comunicação por aplicativo de mensagens instantâneas, se devidamente comprovado o recebimento pelo particular;
15.4. As partes CONTRATANTES elegem o foro da Comarca de Buriti-MA como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da contratação, inclusive os casos omissos que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja

Buriti/MA, 28 de janeiro de 2025.

KIRKPATRICK PEDROSA NUNES
Secretário Adjunto de Saúde

Kirkpatrick P. Nunes
Kirkpatrick Pedrosa Nunes
Secretário Adjunto de Saúde
Portaria Nº 027/2025 / GAB

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Pelo presente instrumento, eu, Raí Pablo Sousa de Aguiar, na qualidade de Secretário Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Buriti/MA, após análise e revisão do Termo de Referência referente ao Processo 021/2025 e, de acordo com as diretrizes e normas internas da instituição, declaro que o referido documento está em conformidade com as exigências legais e normativas aplicáveis.

O Termo de Referência aprovado tem como objetivo Locação de imóvel destinado ao funcionamento da Farmácia Básica para o município de Buriti-MA e estabelece as condições para a execução dos serviços, conforme descrito no documento.

Buriti/MA, 28 de janeiro de 2025.

Raí Pablo Sousa de Aguiar
Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 021 / 2025
Rubrica: 45

AUTORIZAÇÃO PARA LICITAR

Secretaria Municipal de Saúde
Prefeitura Municipal de Buriti/MA

Para: Comissão de Contratação

Prezados,

Na qualidade de Secretário Municipal de Saúde, encaminho os autos do processo administrativo nº 021/2025, até o momento realizado, e **AUTORIZO** a contratação direta por Inexigibilidade de Licitação, com o objeto de Locação de imóvel destinado ao funcionamento da Farmácia Básica para o município de Buriti-MA, localizado na Praça Constâncio Carvalho Júnior, nº 50, centro, Buriti-MA, conforme o disposto no Art. 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.

DECLARO,

Para os efeitos do inciso II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), declaro que a despesa relacionada à contratação do imóvel destinado ao funcionamento da Farmácia Básica Municipal destinado à Secretaria Municipal de Saúde do município de Buriti-MA, localizado na Praça Constâncio Carvalho Júnior, nº 50, centro, Buriti-MA, encontra-se devidamente compatível com a Lei Orçamentária Anual (LOA), com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), possuindo a necessária adequação orçamentária e financeira para sua execução.

Buriti/MA, 28 de janeiro de 2025.

Raí Pablo Sousa de Aguiar
Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 021/2025
Rubrica: 46

ATO CONSTITUTIVO A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº
Fls.
Rubrica:

CONSIDERANDO que cabe a este Poder Legislativo, nos termos do disposto no artigo 117 da Lei nº. 14.133/21, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;
CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade;
CONSIDERANDO que as principais atribuições dos Fiscais Contratuais são: **I -** Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados à Prefeitura Municipal de Buriti - MA; **II** - Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório; **III -** Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas; **IV-** Indicar eventuais glosas das faturas.

R E S O L V E:

Art. 1°. Nomear a Sr. Alailson Holanda Rodrigues, titular do CPF nº 054.027.213 – 27, e RG nº 037820242009-6 SSP/MA ao cargo em comissão de FISCAL DE CONTRATOS da Prefeitura Municipal de Buriti - MA, em conformidade a Lei nº 14.133/2021.

Art. 2º E designar para atuar nos contratos de Material de consumo (expediente e limpeza); material permanente; gêneros alimentícios; manutenção de Ar Condicionados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 021-2025
Fls. 47
Rubrica:

Art. 3°. Os efeitos desta portaria retroagem a 06 de janeiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Buriti, em 10 de janeiro de 2025.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

André Augusto Kerber Introvini
Prefeito Municipal de Buriti

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 52d8debe44315f318f8c565159151957

PORTARIA Nº 025/2025 GP

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BURITI/MA**, no uso das suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 55 da lei orgânica do município e;

CONSIDERANDO o disposto nos incisos L e LX do art. 6º, bem como no artigo 8º, da Lei 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o agente de contratação é a pessoa designada por ato específico da autoridade competente, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação;

CONSIDERANDO que a comissão de contratação é o conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;

R ESOLVE:

Art. 1º Designar o Sr. José Fernandes Macedo Júnior, titular do CPF nº 026.115.793-00, e RG nº 238410220039, sem prejuízo das atribuições laborais em sua respectiva lotação, atuar como Agente de Contratação nos procedimentos regidos pela Lei nº 14.133/2021.

Art. 2º Designar o Agente de Contratação acima nominado para atuar como Pregoeiro, conforme o disposto no art. 8º, §5º da Lei 14.133/21.

Art. 3º- Designar o Sra. Francisca Selma de Souza Carvalho, titular CPF nº 516.099.833 – 00 e RG nº 064998482018-0 SSP/MA e o Sr. Marcel Ruan de Jesus da Silva, titular do CPF nº 080.487.373-96 e RG nº 0219348220027 SSP/MA, sem prejuízo das atribuições laborais em suas respectivas lotações, para comporem a comissão permanente de contratação deste Câmara Municipal.

Art. 4º- Os efeitos desta portaria retroagem a 02 de janeiro de 2025;

.

Art. 5°- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura municipal de Buriti - MA, em 10 de janeiro de 2025.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

André Augusto Kerber Introvini
Prefeito Municipal de Buriti

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: c14cd5f7f60b8cf8608311d5bb2d4663

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 021/2025
Rubrica: 48

AUTUAÇÃO DE PROCESSO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2025
MODALIDADE DA LICITAÇÃO E Nº: INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2025
OBJETO DA CONTRATAÇÃO: Locação de imóvel destinado ao funcionamento da Farmácia Básica Municipal de Buriti-MA, localizado na Praça Constâncio Carvalho Júnior, nº 50, centro, Buriti-MA,
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Fundamentado no inciso V do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nas regulamentações posteriores.
VALOR ESTIMADO: R$ 2.001,18 (dois mil e um reais e dezoito centavos), totalizando o valor anual de R$ 24.014,16 (vinte e quatro mil e quatorze reais e dezesseis centavos) para um período de 12 (doze) meses.
ANEXO I – RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS ÓRGÃO: 02 – PODER EXERCUTIVO UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 06 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE PROJETO/ATIVIDADE: 10 301 0075 1010 0000 MANUT. E FUNCIONAMENTO SEC DE SAUDE CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.36.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA **ANEXO II – RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS** ÓRGÃO: 02 – PODER EXERCUTIVO UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02 12 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS PROJETO/ATIVIDADE: 10 301 0075 2104 0000 MANUT. FUNC. FUNDO MUN. SAUDE CLASSIFICAÇÃO ECÔNOMICA: 3.3.90.36.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA

Buriti-MA, 03 de fevereiro de 2025.

José Fernandes Macedo Junior
Agente de Contratação
Portaria 025/2025 GP

Francisca Selma de Souza Carvalho
Membro
Portaria 025/2025 GP

Marcelo Ruan de Jesus da Silva
Membro
Portaria 025/2025 GP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 021.2025
Rubrica: 49

SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Ao Senhor: KAWAN EVANGELISTA DE LIMA COSTA
CPF: 096.379.783-21
Endereço: Av. Govenador Nunes Freire, s/n, Centro, Buriti-MA.
E-mail: kawanlima609@gmail.com

Visando a Locação de imóvel destinado ao funcionamento da Farmácia Básica para o município de Buriti-MA, localizado na Praça Constâncio Carvalho Júnior, nº 50, Centro, Buriti-MA, solicitamos a seguinte documentação para elaboração de processo de contratação:

a) Cédula de identidade ou outro documento de identificação com foto do representante da e/ou do procurador, se houver; (Procuração válida, se for o caso);
b) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
c) Certidão de regularidade fiscal perante a União, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa;
d) Certidão de regularidade fiscal perante o Estado de domicílio ou sede do licitante, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa;
e) Certidão de regularidade fiscal perante o Município de domicílio ou sede do licitante, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa;
f) Certidão de regularidade de débitos trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho
g) Documentação relativa ao imóvel comprovando a propriedade ou direito real de uso
h) Declaração de cumprimento do art. 7º, XXXIII, da CF/88 (ANEXO I)
i) Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal (ANEXO II)

O prazo para apresentação da documentação é de **5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento desta solicitação, podendo ser prorrogado mediante apresentação de justificativa formal por parte da empresa.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários.

Buriti/MA, 25 de março de 2025.

Atenciosamente,

José Fernandes Macedo Junior
Agente de Contratação
Portaria 025/2025 GP

Francisca Selma de Souza Carvalho
Membro
Portaria 025/2025 GP

Marcelo Ruan de Jesus da Silva
Membro
Portaria 025/2025 GP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Proc. Nº 021, 2025
Rubrica:

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, XXXIII, DA CF/88 (PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE)

O(a) Sr(a)_____, R.G. Nº:_____, CPF Nº:_____,DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal Nº: 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, admitida a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal de1988.

Local,_____de_____de____.

_____

nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 021.2025
Rubrica 51

ANEXO II

DECLARAÇÃO ASSEGURANDO A INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Referência: Declaração de inexistência de impedimento legal.

O(a) Sr(a)___, R.G. Nº:____, CPF Nº:_____, declara(m) que:

a) Não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Município e do Distrito Federal;

b) Não está no exercício de mandato eletivo, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública.

Declara ainda, ter ciência que "a falsidade de declaração, resultará na inabilitação desta empresa e caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, bem como demais normas pertinentes à espécie".

Local,_____de_____de____.

_____

nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 021 / 2025
Fls. 52
Rubrica:

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 021/2025
Fls. 53
Rubrica:

Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **096.379.783-21**

Nome: **KAWAN EVANGELISTA DE LIMA COSTA**

Data de Nascimento: **14/04/2004**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **23/04/2018**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **11:49:28** do dia **31/03/2025** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **A4C3.C414.CB17.8D77**

Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO MARANHÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

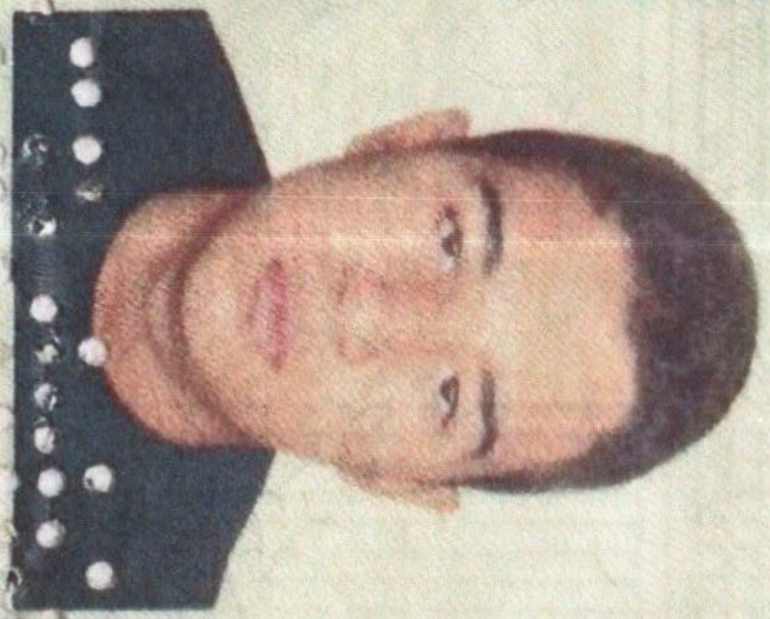
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

MAI800756916



ROLE PARA DIREITO



Rosiron Evangelista de Lo Costa

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALID

PREFEITURA MUNICIPAL DE [illegible]

0021_2025

54

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 068065082018-4

DATA DE EXPEDIÇÃO 07/11/2018

NOME KAWAN EVANGELISTA DE LIMA COSTA

FILIAÇÃO
EVANGELISTA PORTELA COSTA E LINDINALVA NASCIMENTO DE LIMA COSTA

NATURALIDADE
BURITI - MA

DATA DE NASCIMENTO
14/04/2004

DOC ORIGEM
NASC. N.30998 FLS.213 LIV.A-68

CPF
096379783-21

SAO LUIS-MA
P-013

LUCIDTUVO CAVALCANTE
ASSINATURA DO DIRETOR

VIA-01

LEI Nº7.116 DE 29/08/83

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 021.2025
Fls. 56
Rubrica:

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: KAWAN EVANGELISTA DE LIMA COSTA
CPF: 096.379.783-21

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:06:59 do dia 25/03/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 21/09/2025.
Código de controle da certidão: **62ED.24B9.DE27.6D0F**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 021 / 2025
Fls. 57
Rubrica:

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 065531/25 **Data da Certidão:** 25/03/2025 15:08:27

CPF/CNPJ 09637978321 NÃO INSCRITO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS DO ESTADO MARANHÃO.

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, ubstanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 23/06/2025.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 25/03/2025 15:12:06

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 021/2025
Fls. 58
Rubrica:

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 027006/25 **Data da Certidão:** 25/03/2025 15:13:14

CPF/CNPJ CONSULTADO: **09637978321**

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156 da lei nº 2.231 de 29/12/1962, substanciado pelos, 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 23/06/2025.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 25/03/2025 15:13:14

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 021/2025
Fls. 59
Rubrica

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI

SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA
CNPJ: **06.117.071/0001-55**
Praça Felinto Faria, sn, Centro / BURITI - MA CEP: 65.515-000

31/03/2025 11:21:06
USUÁRIO:FEITOSA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS-CND Nº 76/2025

AUTENTICAÇÃO:DLHDPGVrofUI

CERTIFICO, a pedido da pessoa interessada, que o Sr(a): **KAWAN EVANGELISTA DE LIMA COSTA**, devidamente Inscrito(a) sob o CPF **096.379.783-21**, residente à **AVENIDA GOVERNADOR NUNES FREIRE, S/N CENTRO**, encontra-se quites com os tributos municipais. O Requerente pretende com esta, fazer prova de Quitação de Tributos, não podendo ser usado para outros fins.

A Referida Certidão terá validade até **29/06/2025**.

Ressalvado à Prefeitura o direito de cobrar dívidas que venham a ser apuradas.

BURITI-MA, 31/03/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 021.2025
Fls. 60
Rubrica: Página 1 de 1

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: KAWAN EVANGELISTA DE LIMA COSTA
CPF: 096.379.783-21
Certidão nº: 17065741/2025
Expedição: 25/03/2025, às 15:10:17
Validade: 21/09/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **KAWAN EVANGELISTA DE LIMA COSTA**, inscrito(a) no CPF sob o nº **096.379.783-21**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 021.2025
Fls. 61
Rubrica:

CONTRATO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL URBANO

As partes identificadas têm, entre si, justas e acertadas o presente contrato de compromisso de Compra e Venda de um imóvel urbano, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente, com fundamento nos artigos Nº 481 a 504 da Lei 10.406/2002, celebram as partes abaixo qualificadas.

Pelo presente instrumento particular de compra e venda, que entre si fazem como **OUTORGANTES VENDEDORES: ANTONIO JOSE BARBOSA CAMPOS FILHO,** engenheiro, portador do RG nº 000096041698-6 SSP-MA e CPF sob nº 196.384.004-63 e **AMERICA MARIA CARVALHO CAMPOS,** funcionaria publica estadual, portadora do RG nº 000096041398-7 SESP-MA e CPF sob nº 253.785.703-87, ambos brasileiros, casados, residentes e domiciliados na Praça Constâncio Carvalho, 50 Centro na cidade de Buriti/MA e **OUTORGANTE COMPRADOR: EVANGELISTA PORTELA COSTA,** brasileiro, funcionário publico, solteiro, inscrito no CPF sob nº 931.240.823,20 e portador da Carteira de Identidade Militar sob nº150103 PM/MA, residente domiciliado na Avenida Coronel Lago Junior s/n Centro CEP: 65.515-000, no município de Buriti- MA.
As partes tem justos e contratados o presente Contrato de Venda e Compra de Imóvel Urbano, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:
OS OUTORGANTES VENDEDORES, proprietários e legítimos responsáveis por o imóvel a venda, com livre e geral administração, livres de quaisquer ônus reais ou gravames pessoais, do seguinte imóvel: Um bem imóvel situado na Praça Constâncio Carvalho, desta cidade de Buriti-MA, com uma área total de 1.657,50 m² (hum mil seiscentos e cinquenta e sete metros quadrados e cinquenta centímetros) e perímetro de 285,50m (duzentos e oitenta e cinco metros e cinquenta centimetros), registrado na Matrícula nº 2528 do Livro 2 do Registro Geral de Imóveis desta Serventia Extrajudicial de Buriti/MA.

CLAUSULA SEGUNDA:
O preço desta Venda e Compra certo e ajustado entre a(s) parte(s) é de 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), sendo 50%, correspondente a R$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) pago no ato da assinatura deste contrato e o saldo devedor deverá ser pago em 15 parcelas, com inicio em 20/02/2023 sendo as 14 primeiras no valor de R$ 8.330,00 (oito mil, trezentos e trinta reais) e a ultima no valor de R$ 8.380,00 (oito mil, trezentos e oitenta reais) a ser transferido conforme descrito abaixo:

1. 50% (cinquenta por cento) do valor da parcela para na conta corrente nº , **Agencia do Brasil de nº 2972-6,** de titularidade do outorgante vendedor **ANTONIO JOSE BARBOSA CAMPOS FILHO, CPF:** 196.384.004-63
2. 50% do valor da parcela para a conta corrente nº , Agencia do Brasil de nº 2972-6, de titularidade da outorgante vendedora **AMERICA MARIA CARVALHO CAMPOS, CPF:** 253.785.703-87

CLAUSULA TERCEIRA:
Com o presente Contrato de Venda, o OUTORGANTE COMPRADOR entra na posse do imóvel, objeto da negociação, no qual os OUTORGANTES VENDEDORES desapropriam-se do mencionado imóvel, assim transferindo ao OUTORGANTE COMPRADOR todos os direitos, ação e posse sobre o imóvel, devendo o comprador empossar-se desde logo para exercer suas atividades econômicas, e tomar a posse em definitivo, obrigando-se a adotar, incontinentemente,

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Folha
Rubrica

às suas expensas e responsabilidade, todas as medidas administrativas pertinentes junto às repartições ou órgão públicos, além das de caráter policial e/ou judicial cabíveis em casos de eventual turbação, esbulho, violência, crimes ambientais e outros que vierem a ocorrer em detrimento do imóvel ora compromisso ou sua posse e domínio .

021-2025
62

CLÁUSULA QUARTA:
Que o presente Instrumento é feito entre as partes contratantes por si, seus herdeiros e sucessores, em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se estas mesmas partes a manterem o presente sempre bom, firme e valioso.

CLÁUSULA QUINTA:
Que a OUTORGANTE VENDEDORA declara, sob pena de responsabilidade civil que não existem e nunca existiram ações reais e pessoais reipersecutórias, relativos ao imóvel, objeto do presente e quaisquer outros ônus reais, incidentes sobre o mesmo, e caso haja alguma pendencia sobre o imóvel até á presente data será de inteira responsabilidade dos OUTORGANTES VENDEDORES em quitar como um todo.

CLÁUSULA SEXTA:
Que o outorgante comprador fica a partir da assinatura deste contrato, como único e exclusivamente responsável por todos os impostos, taxas e tudo o que mais recais sobre o mencionado imóvel, bem como respondendo por todas as obrigações a partir desta data.

CLAÚSULA SÉTIMA:
O presente obriga a todas as cláusulas e condições não só as partes contratantes, bem como os seus herdeiros e sucessores:
I – Para qualquer ação ou questão oriunda do presente contrato, desde já fica eleito pelas partes e herdeiros o fórum da Comarca de Buriti com a exclusão de qualquer outro.
II– O presente contrato, para todos os fins e efeitos de direito é feito em caráter irrevogável e irretratável não se admitindo arrependimento de qualquer das partes de seus herdeiros e sucessores, sob qualquer outro pretexto ou alegação.
E por estarem assim, justas e contratadas, assinam este instrumento em (02) duas vias de igual forma e conteúdo, na presença das testemunhas que também assinam abaixo firmando este instrumento.

Buriti – MA, 06 de Dezembro de 2022.

Outorga gov.br Documento assinado digitalmente
ANTONIO JOSE BARBOSA CAMPOS FILHO
Data: 12/02/2025 11:22:23-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Antonio José Barbosa Campos Filho

gov.br Documento assinado digitalmente
AMERICA MARIA CARVALHO CAMPOS
Data: 12/02/2025 11:48:48-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

América Maria Carvalho Campos

Outorgante Comprador:

Evangelista P. Costa

Evangelista Portela Costa

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 021-2025
Fls. 63
Rubrica:

REGISTRO GERAL - LIVRO 2

Matrícula nº	REGISTRO DE IMÓVEIS DE BURITI- MA	FICHA: 001
2528		
Data: 29/12/2016		

IMÓVEL: um terreno situado na Praça Constancio de Carvalho, desta cidade de Buriti/MA, medindo ***1.657,50 m² (um mil seiscentos e cinquenta e sete metros quadrados e cinquenta centímetros) e perímetro de 285,50 metros (duzentos e oitenta e cinco metros e cinquenta centímetros)***, com as seguintes características e confrontações: Frente - Praça Constancio de Carvalho, medindo 14,50 metros; Fundos – Rua do Sol, medindo 11,00 metros; Lateral Direita – Rosineide Paula da Silva e Antonio Freitas Costa Mourão, medindo 130,00 metros; Lateral Esquerda – Ieda de Almeida Carvalho, medindo 130,00 metros. Foram apresentados: 1) as anuências dos confrontantes com firmas reconhecidas; 2) a planta e memorial descrito elaborados e assinados pelo Engenheiro, Antonio José Barbosa Campos Filho, CREA: 14609 TDMA, e a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART nº MA20160061590, quitada; 3) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Código de Controle: DE3A.3BB2.ACAD.AA96, válida até 22/05/2017; 4) Certidão Negativa de Débitos e Dívida Ativa Municipal, expedidas pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças de Buriti – MA, ambas válidas até 04/05/2017; 5) Certidão de Regularidade Física do Imóvel (em respeito aos limites com seus confrontantes), expedida pela Prefeitura Municipal de Buriti – MA; tudo arquivado nesta Serventia Extrajudicial de Buriti - MA.

Proprietário(s): ANTONIO JOSE BARBOSA CAMPOS FILHO, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG n. 000096041698-6 SSP/MA, inscrito no CPF/MF sob o nº 196.384.004-63, residente e domiciliado na Rua 32, Quadra 23, Casa 20, Bairro Vinhais, São Luís - MA.

Registro anterior: Lv. 2, Matrícula 1029, Registro Geral de Imóveis desta Serventia Extrajudicial de Buriti-MA. Prenotação nº 2229, Livro 1-E, fl. 45. **Selo de Fiscalização (Uso Geral) nº 000024566726.** Emolumentos: R$ 56,30; FERC: R$ 1,70. O referido é verdade e dou fé. Buriti, 29 de dezembro de 2016. Eu, _____, Tiago Domingos Sousa Baldez, Registrador Substituto, subscrevi e assinei.

Tiago Domingos Sousa Baldez
Tabelião e Registrador Substituto

==========

AV. 1/2528. Em 14/06/2018. De ofício procedo à esta averbação para fazer constar nesta matrícula a **CONSTRUÇÃO** outrora averbada na matrícula 1029, em seu "Av. nº 01", mas que deixou de ser transportada para a presente matrícula quando da retificaçao da matrícula original 1029. Eis o seu conteúdo. o qual reproduzo tal qual consta na matrícula anterior: "Construção edificada sobre alicerce e baldrame de pedra bruta com argamassa de cimento e Areia, e sobre este, uma cinta de concreto armado; elevação das paredes em alvenaria de tijolo com revestimento interno e externo de argamassa de cimento e areia e pintados com tinta latex sem emassamento; cinta superior de concreto armado na altura de 3,00 metros para suporte de empenas e telhados; cobertura em três níveis confeccionada em madeira de lei, serrada e tratada, e telhas de cerâmica de tipo colonial; portas e janelas são de madeira de lei com acabamento polido; todas as dependências são revestidas no piso com cerâmica 30x30 cm, de boa qualidade e forradas com forro de pvc, exceto a varanda; a edificação é protejida por muro de alvenaria nas laterais e com grades de ferro em sua parte frontal. Dependências: As dependências: estão assim distribudas: Uma Varanda frontal; Uma sala destinada á escritório ou similar; Uma sala de estar social; Uma sala de jantar; Uma cozinha; Um banheiro social. Um dormitório social; (Um banheiro), Digo, Um dormitório de casal com banheiro interno (suite). Os banheiros e cozinha são revestidos até a altura de 3 metros com cerâmica 30x30 cm. As instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias são de boa qualildade". Sem Emolumentos em razão de erro material deste Registro de Imóveis. **Selo Gratuito nº 000005081520.** Eu, _____, Pedro Marcelo Sousa Baldez, Registrador, subscrevi, assinei e dou fé.

Pedro Marcelo Sousa Baldez
Tabelião e Registrador

==========

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL BURITI/MA 000005081520 — Selo de Fiscalização — Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Maranhão — GRÁTIS

REGISTRO DE IMÓVEIS DE BURITI/MA
CERTIDÃO
Certifico que a presente certidão foi extraída por meio reprográfico nos termos do art.19 § 1º da Lei 6.015/73. Dou fé.
Buriti/MA 14 / 06 / 2018

Pedro Marcelo Sousa Baldez
Tabelião e Registrador

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI/MA
Proc. Nº 021/2025
Fls: 64
Rubrica:

CONTRATO DE COMODATO

Pelo presente instrumento particular de comodato, as partes abaixo identificadas:

COMODANTE: Evangelista Portela Costa, brasileiro, solteiro, funcionário público, portador do CPF nº 931.240.823-20, residente e domiciliado na Avenida Coronel Lago Junior, s/n, Centro, Buriti Maranhão.

COMODATÁRIO: Kawan Evangelista de Lima Costa, brasileiro, solteiro, estudante, portador do CPF nº 096.379.783-21, residente e domiciliado na Avenida Governador Nunes Freire, s/n, Centro, Buriti Maranhão.

Têm entre si justo e acordado o presente Contrato de Comodato, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

1. OBJETO DO COMODATO

1.1 O COMODANTE cede, a título gratuito e temporário, ao COMODATÁRIO, o imóvel situado à Praça Constâncio Carvalho, desta cidade de Buriti – MA, com uma área total de 1.657,50 m² (hum mil seiscentos e cinquenta e sete metros quadrados e cinquenta centímetros) e perímetro 285,50 m (duzentos e oitenta e cinco metros e cinquenta centímetros), registrado na matrícula nº 2528 do livro 2 do Registro Geral de Imóveis desta Serventia Extrajudicial, de sua propriedade, para uso do COMODATÁRIO.

2. PRAZO

2.1 O prazo do comodato será por tempo indeterminado, iniciando-se em 01 de janeiro de 2025.

3. USO DO IMÓVEL

3.1 O COMODATÁRIO poderá utilizar o imóvel para qualquer finalidade, incluindo, mas não se limitando a uso comercial, residencial ou outros fins de sua escolha.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 021.2025
Fls. 65
Rubrica:

4. AUTORIZAÇÃO PARA ALUGUEL

4.1 Fica expressamente autorizado ao COMODATÁRIO a locação do imóvel a terceiros, para qualquer fim e a qualquer pessoa, sem necessidade de autorização prévia ou consentimento do COMODANTE, podendo o COMODATÁRIO estabelecer as condições da locação, incluindo o valor do aluguel, prazos e demais condições.

5. OBRIGAÇÕES DO COMODATÁRIO

5.1 O COMODATÁRIO se compromete a:

a) Zelar pela conservação do imóvel, realizando os reparos necessários que não sejam de responsabilidade do COMODANTE;

b) Informar imediatamente ao COMODANTE sobre qualquer dano ou problema estrutural no imóvel;

c) Entregar o imóvel nas mesmas condições em que o recebeu, salvo o desgaste natural do uso.

6. OBRIGAÇÕES DO COMODANTE

6.1 O COMODANTE se compromete a:

a) Garantir que o imóvel esteja em condições adequadas de habitabilidade no momento da entrega;

b) Não intervir no uso do imóvel, salvo em casos de necessidade de reparo estrutural importante ou situações emergenciais.

7. RESCISÃO

7.1 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer momento por ambas as partes, mediante notificação prévia de 90 (noventa) dias, sem necessidade de justificativa, devendo o COMODATÁRIO devolver o imóvel nas condições descritas na cláusula 5.1.

7.2 Em caso de violação das cláusulas deste contrato, a parte prejudicada poderá rescindir imediatamente o contrato, independentemente de notificação prévia.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 Este contrato não estabelece vínculo empregatício ou qualquer outra relação jurídica entre as partes que não seja a do comodato.

8.2 Fica eleito o foro da comarca de Buriti – MA para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios que possam surgir em relação a este contrato.

Por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 vias de igual teor, na presença de 02 testemunhas.

Buriti – MA, 01 de janeiro de 2025

COMODANTE:

Evangelista P. Costa

Evangelista Portela Costa

COMODATÁRIO:

Kawan Evangelista de Lima Costa

Kawan Evangelista de Lima Costa

TESTEMUNHAS:

1. Nome: Francisca Mirele Carlindo Viana
   CPF: 608.466.323-06
   Assinatura: Francisca Mirele Carlindo Viana
2. Nome: Vanderlua Nascimento de Lima
   CPF: 008.092.093-60
   Assinatura: Vanderlua Nascimento de Lima



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores.

Prefeitura Municipal de Buriti-MA

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, XXXIII, DA CF/88 (PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE)

O(a) Sr(a)_____, R.G. Nº:_____, CPF Nº:_____,DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal Nº: 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, admitida a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal de1988.

Local,_____de_____de____.

_____

nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF

ANEXO II

DECLARAÇÃO ASSEGURANDO A INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Referência: Declaração de inexistência de impedimento legal.

O(a) Sr(a)___, R.G. Nº:____, CPF Nº:_____, declara(m) que:

a) Não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Município e do Distrito Federal;

b) Não está no exercício de mandato eletivo, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública.

Declara ainda, ter ciência que "a falsidade de declaração, resultará na inabilitação desta empresa e caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, bem como demais normas pertinentes à espécie".

Local,_____de_____de____.

_____

nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores.

Prefeitura Municipal de Buriti-MA

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE HABILITAÇÃO

DADOS DO PROCESSO	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	0021/2025
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	009/2025
MODALIDADE:	INEXIGIBILIDADE
ÓRGÃO SOLICITANTE:	Secretaria Municipal de Saúde
OBJETO:	Locação de imóvel destinado ao funcionamento da Farmácia Pública Municipal, de interesse da Secretaria Municipal de Saúde.

Aos 31 de março de 2025, na sede da Prefeitura Municipal de Buriti/MA o agente de contratação, infra assinado, realizou análise da Documentação de Habilitação enviada para o e-mail indicado no ato convocatório, amparado na Lei 14.133/2021. Conforme consta em anexo a empresa convocada apresentou os documentos solicitados no Termo de Referência na seguinte ordem:

a) (x) Cédula de identidade ou outro documento de identificação com foto do representante da e/ou do procurador, se houver; (Procuração válida, se for o caso);
b) (x) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
c) (x) Certidão de regularidade fiscal perante a União, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa;
d) (x) Certidão de regularidade fiscal perante o Estado de domicílio ou sede do licitante, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa;
e) (x) Certidão de regularidade fiscal perante o Município de domicílio ou sede do licitante, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa;
f) (x) Certidão de regularidade de débitos trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho
g) (x) Documentação relativa ao imóvel comprovando a propriedade ou direito real de uso
h) (x) Declaração de cumprimento do art. 7º, XXXIII, da CF/88 (ANEXO I)
i) (x) Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal (ANEXO II)

Os documentos de habilitação estão em compatibilidade com o Termo de Referência e com o previsto nos artigos 62 a 68 da Lei 14.133/2021, portanto, atende plenamente aos requisitos de habilitação.

José Fernandes Macedo Junior
Agente de Contratação
Portaria 025/2025 GP

Francisca Selma de Souza Carvalho
Membro
Portaria 025/2025 GP

Marcelo Ruan de Jesus da Silva
Membro
Portaria 025/2025 GP

PARECER DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0021/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2025

Objeto: Locação de imóvel destinado ao funcionamento da Farmácia Pública Municipal, de interesse da Secretaria Municipal de Saúde.

Base Legal: Art. 74, inciso V da Lei nº. 14.133/2021.

Locador: KAWAN EVANGELISTA DE LIMA COSTA, CPF: 096.379.783-21, residente e domiciliado na Av. Govenador Nunes Freire, s/n, Centro, Buriti-MA.
E-mail: kawanlima609@gmail.com

A locação do imóvel se justifica, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado para identificar a solução mais adequada às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Buriti-MA. Considerando a inexistência de um espaço próprio que atenda às demandas administrativas, bem como às exigências de capacidade, organização e segurança, ao funcionamento da FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL para o atendimento à população Municipal.

Com o objetivo de suprir essa necessidade, foram realizadas análises e visitas a imóveis disponíveis no município de Buriti-MA que pudessem atender aos requisitos exigidos. Após essas avaliações, verificou-se que a sede administrativa da Prefeitura Municipal de Buriti-MA não dispõe de nenhum outro local ou sala que possa abrigar adequadamente a Farmácia Básica Municipal, nesta Urbe.

Dentre os imóveis avaliados, destaca-se o imóvel localizado na Praça Constâncio Carvalho Júnior, nº 50, centro, Buriti-MA com 108,19 m², devido à sua singularidade, que justifica sua escolha. O referido imóvel apresenta características técnicas e estruturais, além de uma localização estratégica, que atendem plenamente às necessidades da Secretaria. Essas condições tornam o imóvel indispensável para o pleno funcionamento das atividades administrativas, justificando, portanto, sua locação.

Na Administração Pública em regra todas as contratações devem ser precedidas de processos licitatórios, no entanto, a Lei nº. 14.133/21, em seu artigo 74, inciso V, trata da inexigibilidade de licitação para a aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária a sua escolha

> **Art. 74.** É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
> (...)
> V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha;

A escolha deverá recair sobre o locador o senhor KAWAN EVANGELISTA DE LIMA COSTA, inscrita no CPF sob o nº 096.379.783-21, pelos motivos a seguir:

- Apresentou documentos de habilitação;
- Apresentou Documentação relativa ao imóvel comprovando a propriedade ou direito real de uso.
- Os preços propostos estão dentro do praticados no mercado conforme avaliação realizada pelo departamento de engenharia.

Considerando, que a contratação direta não pressupõe a inobservância dos princípios administrativos, nem, tampouco, caracteriza uma livre atuação da Administração, uma vez que há um procedimento administrativo de dispensa de processo de licitação que antecede a contratação, possibilitando também tratamento igualitário a todos quando da observância dos requisitos para a realização da contratação, o que fora realizado previamente pela Prefeitura Municipal de Buriti-MA através da Secretaria Municipal de Saúde, no Processo Administrativo nº 021/2024.

Oportuno destacar que os demais requisitos contidos no artigo 74, V, da Lei nº. 14.133/21, sendo que o preço mensal apresentado para a locação será de R$ 2.001,18 (dois mil e um reais e dezoito centavos), totalizando o valor anual de R$ 24.014,16 (vinte e quatro mil e quatorze reais e dezesseis centavos) para o período de 12 (doze) meses, sendo realizada avaliação prévia do bem comprovando que o valor da locação mensal é compatível com os valores praticados no mercado.

Cabe ressaltar que o contrato oriundo da inexigibilidade de processo de licitação terá vigência a partir da data de sua assinatura com vigência de 12 (doze) meses, podendo ainda ser prorrogado, caso seja constatado a necessidade pela Administração.

Assim sendo, com fundamento nos artigos 74, inciso v, da Lei nº. 14.133/2021, esta Comissão de Contratação apresenta a justificativa para ratificação e demais considerações que por ventura se fizerem necessárias.

Este é o entendimento da Comissão de Contratação, pelas razões expostas neste documento.

Sugerimos ainda, que a presente justificativa e o seus anexo (minuta de contrato), seja encaminhada à controladoria e assessoria jurídica, para a elaboração de pareceres sobre o assunto.

Buriti (MA), 02 de abril de 2025.

José Fernandes Macedo Junior
Agente de Contratação

Francisca Selma de Souza Carvalho
Membro
Portaria 025/2025 GP

Marcelo Ruan de Jesus da Silva
Membro
Portaria 025/2025 GP

ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2025
COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.133/2021

PROCESSO DE ORIGEM
Inexigibilidade Nº 009/2025
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0021/2025

OBJETO CONTRATUAL
Locação de imóvel destinado ao funcionamento da Farmácia Básica para o município de Buriti-MA, localizado na Praça Constâncio Carvalho Júnior, nº 50, centro, Buriti-MA.

VALOR CONTRATUAL
R$ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

VIGÊNCIAS CONTRATUAL
INICIAL: XX de XXXXXXXXX de XXXX
FINAL: XX de XXXXXXXXX de XXXX

DADOS DO CONTRATANTE
XXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXX.
XXXXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXXXXX

DADOS DO CONTRATADO
XXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXX.
XXXXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXXXXX

FISCAL DO CONTRATO
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PREÂMBULO

Aos XX de XXXXXXXXXXX de XXXX, a Prefeitura Municipal de Buriti-MA, através da Secretaria Municipal de Saúde, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXXX, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente **TERMO DE CONTRATO**, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a _____.

1.2. O presente Contrato obriga as partes contratantes e seus sucessores a respeitá-lo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de __ (_____) meses contados da sua publicação, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.2. Os efeitos financeiros da contratação só terão início a partir da data da entrega das chaves, mediante Termo, precedido de vistoria do imóvel.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo. Toda prorrogação será precedida de comprovação da vantajosidade da medida para a Administração e certificação de compatibilidade do valor do aluguel com o de mercado.

2.4. Caso não tenha interesse na prorrogação, a locadora deverá enviar comunicação escrita à locatária, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA EM CASO DE ALIENAÇÃO

3.1. Este contrato continuará em vigor em qualquer hipótese de alienação do imóvel locado, na forma do art. 8º da Lei nº 8.245, de 1991.

4. CLÁUSULA QUARTA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor do aluguel mensal é de R$ xxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), perfazendo o valor total de R$ xxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxx).

5.2. As despesas ordinárias do condomínio, bem como os encargos locatícios incidentes sobre o imóvel (água e esgoto, energia elétrica, tributos, etc.), cujo pagamento tenha sido atribuído contratualmente à locatária, serão suportadas proporcionalmente, em regime de rateio, a partir da data do efetivo recebimento das chaves.

5.2.1. O acertamento desta proporção se dará na primeira parcela vencível da despesa após a data de entrega das chaves, pagando locadora e locatária suas respectivas partes da parcela. Caso a locatária a pague na integralidade, a parte de responsabilidade da locadora será abatida no valor do aluguel do mês sFarmácia básica municipalequente. A mesma proporção também será observada no encerramento do contrato, promovendo-se o acertamento preferencialmente no pagamento do último aluguel.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento a locadora e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTAMENTO

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do laudo de avaliação, em __/___/_____.

7.2. Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pela locatária, do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes sFarmácia básica municipalequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a locatária pagará à locadora a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em sFarmácia básica municipaltituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice sFarmácia básica municipaltituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste desproporcional ao preço médio de mercado para a presente locação, a locadora aceita negociar a adoção de preço compatível ao mercado de locação no município em que se situa o imóvel.

7.9. O reajuste será realizado por apostilamento, salvo se coincidente com o termo aditivo para fins de prorrogação de vigência ou alteração contratual.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA

8.1 Pagar o valor do aluguel;

8.2. Utilizar o imóvel para o atendimento da finalidade pública proposta;

8.3. Levar ao conhecimento do LOCADOR, imediatamente, o surgimento de qualquer dano ou defeito para que seja realizada a reparação;

8.4. Realizar o imediato reparo dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocados por seus agentes, funcionários ou visitantes autorizados;

8.5. Fica o LOCATÁRIO responsável pelas contas de luz e água;

8.6. Fica o LOCATÁRIO responsável pela quitação do IPTU, proporcional ao período da locação

8.7. Havendo interesse na renovação da vigência contratual, deverá o LOCATÁRIO manifestar-se com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

8.8. Outras obrigações expressas no art. 23 da Lei Federal nº 8.245/1991 e demais dispositivos pertinentes;

9. CLÁUSULA NOVA - OBRIGAÇÕES DA LOCADORA

9.1. O LOCADOR deverá entregar ao LOCATÁRIO o espaço pronto, conforme tratativas realizadas e expostas na contraproposta apresentada;

9.2. Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel;

9.3. Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;

9.4. Informar ao LOCATÁRIO quaisquer alterações na titularidade do imóvel, inclusive com a apresentação da documentação correspondente;
9.5. Fornecer ao LOCATÁRIO recibo discriminando as importâncias pagas, vedada a quitação genérica;
9.6. Comunicar ao LOCATÁRIO a manifestação de não renovar o Contrato, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, para que a finalidade pública do presente instrumento não seja prejudicada ou interrompida, dando tempo hábil para que seja providenciado novo local;
9.7. O LOCADOR deverá aceitar a alteração da finalidade pública a ser atendida pela presente Locação, a qualquer tempo, sem que isso acarrete rescisão contratual, multa ou dever de pagar qualquer indenização;
9.8. O LOCADOR reconhece os direitos do LOCATÁRIO relativos a contratação:
9.8.1. Aumentar ou diminuir os quantitativos contratados nos limites legais;
9.8.2. Rescindi-lo, unilateralmente, nos casos especificados no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021;
9.8.3. Fiscalizar sua execução;
9.8.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial da contratação;
9.9. É dever do LOCADOR cumprir todos os dispositivos legais e contratuais, devendo ainda:
9.9.1. Manter as condições de habilitação durante toda a execução contratual;
9.9.2. Substituir, corrigir ou refazer objetos prestados de forma inadequada;
9.9.3. Manter preposto para representá-lo na execução do objeto contratual, bem como endereço de e-mail atualizado por meio do qual se estabelecerá comunicação e receberá notificações;
9.9.4. Responsabilizar-se por danos causados à administração ou a terceiros em decorrência de vício do objeto contratual ou sua execução;
9.9.5. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, se for o caso;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - BENFEITORIAS E CONSERVAÇÃO

10.1. A possibilidade de benfeitorias e conservação do imóvel e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;

b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa à inexecução total do contrato;

d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º da Lei nº 14.133, de 2021);

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º da Lei nº 14.133, de 2021);

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º da Lei nº 14.133, de 2021).

d) **Multa:**

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado, sobre o valor mensal da locação;

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, de 1% a 10% do valor do Contrato.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, de 1% a 10% do valor do Contrato.

4. Para infração descrita na alínea "b" do subitem **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, a multa será de 1 % a 10% do valor do Contrato.

5. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a locatária (art. 156, §9º da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela locatária à locadora, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *10* (*dez*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º da Lei nº 14.133, de 2021):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para o LOCATÁRIA;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. A locatária deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.11. Os débitos da locadora para com a Administração locatária, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora locatária.

• CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a locatária, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. Nos casos em que reste impossibilitada a ocupação do imóvel, tais como incêndio, desmoronamento, desapropriação, caso fortuito ou força maior, etc., a locatária poderá considerar o contrato rescindido imediatamente, ficando dispensada de qualquer prévia notificação, ou multa, desde que, nesta hipótese, não tenha concorrido para a situação.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.7. A locatária poderá ainda, nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do art. 139, IV da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor da locadora decorrentes do contrato.

12.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV da Lei nº 14.133, de 2021).

• CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Viana deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXX

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

- **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela locatária, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.245, de 1991, na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e normas e princípios gerais dos contratos.

- **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

- **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO**

16.1 Incumbirá à locatária providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

- **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO**

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Buriti-MA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

_____
_

PELA CONTRATADA

_____
_

TESTEMUNHAS

_____
NOME:

_____
NOME:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 021, 2025
Rubrica: 80

DESPACHO

À
Controladoria Geral do Município
Buriti/MA

Assunto: Solicitação de parecer técnico.

A Comissão de Contratação, através do seu Agente de Contratação, vem consoante o disposto da Lei Federal nº 14.133/2021, encaminhar os autos do processo da Inexigibilidade de licitação nº 009/2025 que tem como objeto a Locação de imóvel destinado ao funcionamento da Farmácia Básica para o município de Buriti-MA, localizado na Praça Constâncio Carvalho Júnior, nº 50, centro, Buriti-MA.

Encaminhamos o processo à Controladoria Geral do Município para análise e providências necessárias, com prazo de devolução de 02 (dois) dias úteis, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Buriti (MA), 02 de abril de 2025.

José Fernandes Macedo Junior
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Proc Nº 021 - 2025
Fls. 81
Rubrica:

Código identificador: 2594b927ef07fad70a6959eda16d3665

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI

PORTARIA MUNICIPAL Nº 028/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

R E S O L V E

Art. 1º Nomear a Sra. Ramile Bruna da Silva Lages**, brasileira, portadora do CPF nº 057.425.803 - 55 e RG n° 021987622002-7 SSP/MA**, Contadora Geral da Contabilidade Geral do Município de Buriti – MA.
Art. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em Lei.
Art. 3º - Os efeitos desta portaria retroagem a 06 de janeiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 13 de janeiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: ba723626240c98a7a9c5c56b66e3aa1b

PORTARIA MUNICIPAL Nº 029/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti - Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

R E S O L V E

Art. 1º Nomear o **Sr.** João Vito Moraes Silva**, brasileiro, portador do CPF nº 062.281.693 - 43 e RG n° 041466762011 - 3 SSP/MA**, Controlador Geral da Controladoria Geral do Município de Buriti – MA.
Art. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em Lei.
Art. 3º - Os efeitos desta portaria retroagem a 06 de janeiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 13 de janeiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 1d39b6f3847158707356 22b0fe536a0d

PORTARIA Nº 026/2025 GP DE 10 DE JANEIRO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE BURITI/MA, no uso das suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 55 da lei orgânica deste município, e conforme disposto no art. 18 da Lei 14.133/21.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para compor a Equipe de Planejamento da Contratação da Prefeitura Municipal de Buriti - MA, sem prejuízo das atribuições laborais em sua respectiva lotação.

Rodrigo Carneiro Barbosa, CPF Nº 666.019.323 -53 e RG nº 117140937 SEJUSP/MA

Matheus Macedo da Silva, CPF Nº 050.010.633-96 e RG nº 021950962002-1 SSP/MA

Art. 2º- Competências dos integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação.

I - Elaboração do Estudo Técnico Preliminar e Gerenciamento de Riscos, realizando o alinhamento do objeto a ser contratado quanto as regras internas e externas das respectivas áreas, com vistas a reduzir erros, atrasos na fase de execução em decorrência de falhas da fase de Planejamento da contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores.

Prefeitura Municipal de Buriti-MA

PARECER
PROCESSO Nº021/2025
CONSULENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
MODALIDADE: INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2025
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMOVEL DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA FARMACIA PUBLICA MUNICIPAL, DE INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, DO MUNICIPIO DE BURITI-MA.

EMENTA: REGULARIDADE DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO; DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA FARMACIA PUBLICA. CONTRATAÇÃO DIRETA.

1 - RELATÓRIO

Versa a presente consulta sobre solicitação de análise nos autos de procedimento administrativo sobre a **Regularidade de processo de Inexigibilidade de Licitação para Contratação de Locação de Imóvel destinado ao Farmácia Pública,** verificando-se as regras da Lei Federal nº 14.133/2021.

A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei n.º 14.133 de 2021:

> Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.
> § 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:
> I - Apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;
> II - Redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

A consulta se encontra instruída com os autos do processo administrativo Nº 021/2025, que trata da realização de processo de Inexigibilidade de Licitação, solicitado pela **Secretaria Municipal de Saúde**, em que a empresa fornecedora do Locação em comento é **LOCAÇÃO DE IMOVEL DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DE IMÓVEL FARMACIA PUBLICA DO MUNICIPIO DE BURITI-MA,**

Sendo estes os termos do presente relatório, faz-se oportuna a análise do caso em tela, em pleno exercício da atividade de Controle Interno da Administração Pública

Municipal, conforme competência fixada no art. 12, VI, da Lei Municipal n° 001/2025, no estrito exercício das atribuições legais.

2 - FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, impende salientar que a licitação é um procedimento obrigatório a ser adotado pela Administração Pública direta e indireta quando a mesma pretende contratar bens e serviços, por força do disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal. Todavia, a lei de regência da matéria (Lei n° 14.133/2021) dispõe sobre as hipóteses de dispensa, **inexigibilidade**, modalidades e procedimentos licitatórios.

O caso dos autos é versado pelo art. 74, caput, inciso V, da referida lei 14.133, que dispõe sobre as hipóteses de incidência de inexigibilidade de licitação, *in verbis*:

> *Art. 74 – É **inexigível a licitação** quando inviável a competição, em especial nos casos de:*
>
> *(...) I* – Aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.*;*

Como se vê, o art. 74 da Lei n° 14.133/2021, em seus incisos, traz os casos em que não se exige a realização de licitação. Frise-se que o rol em referência é taxativo, exauriente, não podendo ser ampliado por vontade do Administrador. Ademais, tratando-se de direito excepcional, sua interpretação deve ser restritiva, conforme princípios consagrados da Hermenêutica Jurídica.

A finalidade da **inexigibilidade** contida no inciso V, do art. 74, da lei 14.133 do decantado diploma legal é **viabilizar a contratação direta detentora de locação de imóvel, caráter esse que torna inviável a competição**. Com efeito, locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

Se, de outra forma, a despeito da pessoalidade da prestação de locação que se vislumbre, fosse possível a contratação por mais de um empresário ou empresa, estaria afastada a premissa maior: *inviabilidade de competição*, implicando na automática necessidade de observância da regra geral que impõe o dever de licitar. Ocorre que não é o caso que se reflete nesses autos.

Nessa trilha, se a contratação dos serviços ambicionados pode ser arranjada por qualquer empresa detentora da atividade econômica do serviço a ser contratado, e não apenas, e tão somente, por alguém que segure direitos exclusivos na contratação, está afastada

de plano a premissa maior de inviabilidade de competição e, consequentemente, a possibilidade de aplicação do inciso V do art. 74 da Lei n° 14.133/2021 instala-se.

Noutro giro, a contratação da empresa, por inexigibilidade, visa a prestigiar o caráter *intuito personae* do seu trabalho, o que inviabiliza a adoção de critérios objetivos para a realização do certame. No entanto, caso haja pluralidade de empresários, possível é a competição entre eles, impondo-se a prévia licitação**. Locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.**

Ademais, no que concerne ao preço da contratação, o valor estimado é de **R$ 24.014,16 (VINTE E QUATRO MIL E QUATORZE REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS) anual,** verificando-se que se trata de quantia deveras razoável, dentro dos valores de mercado, conforme exige a legislação.

3 – Regularidade do Processo Administrativo

Em análise sobre a Regularidade do Processo em epígrafe, e verificando-se as regras estabelecidas nas Normas supracitadas (Lei Federal nº 14.133/2021), constam os seguintes atos e documentações obrigatórios:

LEGENDA: S – SIM N – NÃO NA – NÃO APLICÁVEL Resposta desejável: Sim em todos os quesitos				
DESCRIÇÃO	**DISPOSITIVO LEGAL**	**S**	**N**	**NA**
FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO – PREGÃO ELETRÔNICO				
1. Consta Documento de Formalização de Demanda (DFD)?	Lei n.º 14.133/2021, art. 12, VII	S		
2. Consta Estudo Técnico Preliminar (ETP)?	Lei n.º 14.133/2021, art. 18, I, § 1º, art. 72			NA
a) Descrição da necessidade da contratação	Lei n.º 14.133/2021, art. 18, I, § 1º, art. 72	S		
b) Requisitos da contratação, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho?	Lei n.º 14.133/2021, art. 18, I, § 1º, art. 72	S		
c) Levantamento de mercado e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar?	Lei n.º 14.133/2021, art. 18, I, § 1º, art. 72	S		
d) Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso	Lei n.º 14.133/2021, art. 40, § 4º	S		
e) Estimativa das quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte	Lei n.º 14.133/2021, art. 18, I, § 1º, art. 72	S		
f) Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte	Lei n.º 14.133/2021, art. 18, I, § 1º, art. 72	S		
g) Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina?	Lei n.º 14.133/2021, art. 18, I, § 1º, art. 72	S		

LEGENDA: S – SIM N – NÃO NA – NÃO APLICÁVEL Resposta desejável: Sim em todos os quesitos				
DESCRIÇÃO	**DISPOSITIVO LEGAL**	**S**	**N**	**NA**
3. Consta informação de que o objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual – PCA?	Lei n.º 14.133/2021, art. 12, VII, c/c art. 18			NA
4. Consta Termo de Referência, com os seguintes parâmetros:	Lei n.º 14.133/2021, art. 6º, XXIII c/c art. 18	S		
a) Definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, os prazos do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação?	Lei n.º 14.133/2021, art. 6º, XXIII e art. 40, § 1º	S		
b) Especificação do bem ou do serviço, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança?	Lei n.º 14.133/2021, art. 43	S		
c) Indicação dos locais de entrega dos produtos e execução dos serviços das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso?	Lei n.º 14.133/2021	S		
d) Especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso?	Lei n.º 14.133/2021	S		
e) Requisitos da contratação?	Lei n.º 14.133/2021	S		
f) Forma e critérios de seleção do fornecedor?	Lei n.º 14.133/2021, art. 18, IX	S		
g) Estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos?	Lei n.º 14.133/2021	S		
h) Adequação Orçamentária	Lei n.º 14.133/2021	S		
5. Consta a Equipe de Gestão/Fiscalização de Contratos/Atas de Registro de Preços, devidamente preenchido e assinado pelos membros	Lei n.º 14.133/2021, art. 117	S		
6. Consta Termo de Responsabilidade sobre Pesquisa de Preço e Justificativa da Escolha do Fornecedor, com data igual ou posterior a da última pesquisa de preços realizada, ou da inclusão dos documentos que comprovem a compatibilidade de preços de mercado, assinado pelo servidor responsável.	Lei n.º 14.133/2021, art. 72, VI e VII	S		
7. No caso de formalização de contrato:	Lei n.º 14.133/2021, art. 95	S		
a) Consta a minuta do contrato?	Lei n.º 14.133/2021, art. 95	S		
b) Consta comprovante de que o Termo de Referência foi encaminhado à empresa a ser contratada, para ciência de seu teor?	Lei n.º 14.133/2021, art. 95	S		
8. Constam nos autos comprovantes de que o fornecedor preenche os requisitos de habilitação e de qualificação mínimos necessários?	Lei n.º 14.133/2021, art. 72, V	S		

4 - CONCLUSÃO

EX POSITIS, a Controladoria Geral do Município, no estrito cumprimento das funções inerentes ao Sistema de Controle Interno previstas na Lei Municipal n° 001/2025, e em

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores.

Prefeitura Municipal de Buriti-MA

análise final e conclusiva ao Processo Administrativo em epígrafe, opina pela **LEGALIDADE** do Processo de Inexigibilidade de Licitação em comento, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMOVEL DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DE FARMACIA PUBLICA, PELO PRAZO DE 12 MESES, COM ATUALIZAÇÕES PARA ADEQUAÇÃO A LEI 14.133/2021.

É o parecer, salvo melhor juízo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
CONTROLADOR GERAL DA CONTROLADORIA
Em: 08/04/2025
Sr. João Vito Moraes Silva
CPF: 062.281.693-43
Portana: Nº 029/2025/GAB.

Buriti/MA, 08 de abril de 2025.

João Vito Moraes Silva

João Vito Moraes Silva
Controlador Geral do Município
Portaria nº 029/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI
Trabalho e compromisso por dias melhores.

Prefeitura Municipal de Buriti-MA

DESPACHO

À
Procuradoria Geral do Município
Buriti/MA

Assunto: Solicitação de parecer jurídico.

A Comissão de Contratação, através do seu Agente de Contratação, vem consoante o disposto da Lei Federal nº 14.133/2021, encaminhar os autos do processo da Inexigibilidade de licitação nº 009/2025 que tem como objeto a **Locação de imóvel destinado ao funcionamento da Farmácia Básica para o município de Buriti-MA, localizado na Praça Constâncio Carvalho Júnior, nº 50, centro, Buriti-MA.**

Encaminhamos o processo à Procuradoria Geral do Município para análise e providências necessárias, com prazo de devolução de 02 (dois) dias úteis, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Buriti (MA), 09 de abril de 2025.

José Fernandes Macedo Junior
Agente de Contratação

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 35f11b6b472c253fcbd4214c3f61fdd4

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 021 - 2025
Fls. 88
Rubrica

PORTARIA MUNICIPAL Nº 085/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti – Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

R E S O L V E

Art. 1º Exonerar a pedido o **Sr.** Domingos Dias da Silva**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 515.796.343-20 e RG n° 042741442011 - 9, SSP/MA**, do cargo de Ouvidor Geral da Ouvidoria Geral do Município de Buriti – MA.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 11 de fevereiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 9fa36297f1d07693f8b1300e7b2b5871

PORTARIA MUNICIPAL Nº 086/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti – Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

R E S O L V E

Art. 1º Nomear o **Sr.** Domingos Dias da Silva**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 515.796.343-20 e RG n° 042741442011 - 9, SSP/MA**, Procurador Geral da Procuradoria Geral do Município de Buriti – MA.
Art. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em Lei.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 11 de fevereiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: d9c05841b1505d78307166565b03b71c

PORTARIA MUNICIPAL Nº 087/2025/GAB

O Exmo. Sr. ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI, Prefeito Municipal de Buriti – Estado do Maranhão, eleito para a gestão 2025/2028, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas de acordo com o que consta no art. 55 da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA;
Considerando a necessidade de nomear pessoal para o pleno funcionamento desta Municipalidade:

R E S O L V E

Art. 1º Exonerar a pedido o **Sr. José Vagner Ferreira dos Santos Júnior, brasileiro, portador do CPF 035.926.533-26**, do cargo de Assessor Técnico de Nível Médio I.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
.

Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti - MA, 11 de fevereiro de 2025.

ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI
Prefeito Municipal

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA

PARECER JURÍDICO - Inexigibilidade de Licitação nº 009/25 para locação de imóvel destinado ao funcionamento da Farmácia Pública Municipal, de interesse da Secretaria Municipal de Saúde.

1. RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pela **Secretaria Municipal de Saúde** de Buriti-MA à Procuradoria Jurídica Municipal, com o objetivo de analisar a legalidade da contratação direta, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, tendo como objeto a locação de imóvel destinado ao funcionamento da Farmácia Pública Municipal, de interesse da Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 12 (doze) meses.

A contratação se justifica pela inexistência de imóveis públicos vagos que atendam às exigências específicas da Administração, bem como pela singularidade do imóvel selecionado, que possui características técnicas adequadas às necessidades do órgão solicitante.

.

2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Nos termos do art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, é inexigível a licitação quando for inviável a competição, como nos casos de locação de imóvel cujas características de localização, estrutura e adequação ao interesse público não permitam a competição entre eventuais interessados.

Para a contratação direta por inexigibilidade, a legislação estabelece que o processo deve ser devidamente instruído com documentos que demonstrem a observância dos requisitos legais, conforme previsto nos arts. 72 e 74 da nova Lei de Licitações:

Avaliação prévia do imóvel e das condições de uso;
Justificativa da singularidade do imóvel;
Comprovação da inexistência de imóveis públicos disponíveis e adequados;
Justificativa de preço e compatibilidade com os valores de mercado;
Razão da escolha do imóvel e do contratado;
Compatibilidade orçamentária (com o PPA, LDO e LOA);
Autorização da autoridade competente.

Verifica-se, nos autos do processo administrativo, que foram cumpridos todos os requisitos legais, conforme documentação acostada:

1. Documento de formalização da demanda (DFD);
2. Estudo Técnico Preliminar (ETP);
3. Avaliação técnica do imóvel;
4. Justificativa da necessidade e singularidade do imóvel;

5. Comprovação da inexistência de imóveis públicos disponíveis;
6. Justificativa de preços;
7. Declaração de disponibilidade orçamentária;
8. Autorização formal da autoridade competente;
9. Minuta contratual conforme art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

A análise dos autos revela que os documentos exigidos encontram-se devidamente acostados ao processo, atendendo os dispositivos legais supracitados. A justificativa da escolha do imóvel está fundamentada em critérios técnicos e administrativos objetivos, os quais evidenciam a inviabilidade de competição.

Importante destacar que a Administração deve adotar medidas que assegurem o respeito aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade, mesmo nas hipóteses de contratação direta, conforme determina o caput do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Recomenda-se, ainda, que a contratação seja amplamente divulgada nos meios oficiais, incluindo o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em observância ao princípio da transparência e à obrigatoriedade de publicidade prevista no art. 94 da referida Lei.

A locação está justificada por critérios técnicos e de interesse público, não havendo no caso a possibilidade de competição, o que legitima a contratação direta, conforme doutrina e jurisprudência (TCU – Acórdão 1492/2021 e outros).

3. CONCLUSÃO

Diante da análise dos documentos constantes nos autos e da legislação vigente, esta Procuradoria opina pela legalidade da contratação direta por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, para a locação do imóvel destinado à Secretaria Municipal de Educação, no prazo e condições estabelecidos no processo.

Recomenda-se o prosseguimento da contratação, mediante assinatura e publicação do Termo de Ratificação da Inexigibilidade, conforme exigido no art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, bem como a divulgação da contratação no PNCP.

Buriti/MA, 10 de abril de 2025.

Domingos Dias da Silva
Procurador Geral do Município
OAB-MA, nº 28122

TERMO DE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADM.: Nº 0021/2025
Inexigibilidade de licitação nº 009/2025

Comissão de Contratação
Prefeitura Municipal de Buriti/MA

Para: Raí Pablo Sousa de Aguiar
Secretário Municipal de Saúde

a) **Objeto da Contratação:** Locação de imóvel destinado ao funcionamento da Farmácia Básica para o município de Buriti-MA, localizado na Praça Constâncio Carvalho Júnior, nº 50, centro, Buriti-MA.

b) **Locador(a):** KAWAN EVANGELISTA DE LIMA COSTA, CPF: 096.379.783-21.

c) **Valor global a ser contratado:** R$ 2.001,18 (dois mil e um reais e dezoito centavos) mensais, totalizando R$ 24.014,16 (vinte e quatro mil e quatorze reais e dezesseis centavos) para o período de 12 (doze) meses.

d) **Fundamentação Legal:** Art. 74, V da Lei Federal nº 14.133/2021.

Encaminhamos o processo à Autoridade Competente para Ratificação e Publicação, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Buriti (MA), 10 de abril de 2025.

José Fernandes Maecdo Junior
Agente de Contratação

TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0021/2025

À vista dos elementos contidos no presente processo e no uso das atribuições que me foram conferidas, e ainda, de acordo com o disposto no Art. 74, da Lei Federal 14.133/2021, declaro que fica RATIFICADA a Inexigibilidade de Licitação.

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos seguintes termos:

1) **CONTRATADA:** KAWAN EVANGELISTA DE LIMA COSTA CPF: 096.379.783-21.

2) **OBJETO:** Locação de imóvel destinado ao funcionamento da Farmácia Básica para o município de Buriti-MA, localizado na Praça Constâncio Carvalho Júnior, nº 50, centro, Buriti-MA.

3) **VALOR GLOBAL:** R$ 2.001,18 (dois mil e um reais e dezoito centavos) mensais, totalizando R$ 24.014,16 (vinte e quatro mil e quatorze reais e dezesseis centavos) para o período de 12 (doze) meses.

4) **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 74, V da Lei Federal nº 14.133/2021

Determino que seja dada a devida publicidade legal, em especial, à prevista no Art. 74 da Lei Federal n° 14.133/2021, e que após o presente expediente devidamente atuado e arquivado.

Buriti/MA, 10 de abril de 2025.

Raí Pablo Sousa de Aguiar
Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0021/2025

À vista dos elementos contidos no presente processo e no uso das atribuições que me foram conferidas, e ainda, de acordo com o disposto no Art. 74, da Lei Federal 14.133/2021, declaro que fica RATIFICADA a Inexigibilidade de Licitação. Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos seguintes termos: **CONTRATADA:** KAWAN EVANGELISTA DE LIMA COSTA CPF: 096.379.783-21. **OBJETO:** Locação de imóvel destinado ao funcionamento da Farmácia Básica para o município de Buriti-MA, localizado na Praça Constâncio Carvalho Júnior, nº 50, centro, Buriti-MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 2.001,18 (dois mil e um reais e dezoito centavos) mensais, totalizando R$ 24.014,16 (vinte e quatro mil e quatorze reais e dezesseis centavos) para o período de 12 (doze) meses. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 74, V da Lei Federal nº 14.133/2021. Determino que seja dada a devida publicidade legal, em especial, à prevista no Art. 74 da Lei Federal n° 14.133/2021, e que após o presente expediente devidamente atuado e arquivado. Buriti/MA, 10 de abril de 2025. Raí Pablo Sousa de Aguiar, Secretário Municipal de Saúde.

devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
I - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua Responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III - Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
IV - Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
V - Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
VI - Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VII - Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;
VIII - Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
IX - Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
X - Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
XI - Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XII - Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.

Art. 3º - A responsabilidade de acompanhamento e fiscalização contratual se inicia conforme esta Portaria de Designação e se encerra após o final da vigência do ajuste, com a quitação definitiva das obrigações das partes contratantes.
Paragrafo único - Na hipótese de haver prorrogações do contrato, as competências do Gestor e Fiscais designados serão mantidas, ressalvado o caso de dispensa ou exoneração com nomeação de novo Gestor e Fiscais.
Art. 4º - Responsabiliza-se o Gestor de Contrato pelas providências necessárias à substituição formal dos fiscais, tão logo se tenha conhecimento de fato, presente ou futuro, suficiente para impedi-los de continuarem exercendo suas atribuições.
Art. 5º - Compete ao servidor designado como fiscal, fiscalizar a execução do objeto contratado, relatando ao Gestor os incidentes contratuais para que tome as providências cabíveis, além das atribuições legais a ele inerentes.
Parágrafo único. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal de Contrato e apresentarem risco potencial de prejuízos à administração deverão ser levadas ao Gestor e deste encaminhadas à autoridade máxima do órgão ou unidade a que pertença.
Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação no átrio desta municipalidade com efeitos administrativos retroativos a 10 de janeiro de 2025.
Art. 7º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE BURITI - ESTADO DO MARANHÃO, AOS 17 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2025.

André Augusto Kerber Introvini
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 3aa7fc269ec73e807b34bd41993534ef

PORTARIA Nº 132/2025/GAB

O Prefeito Municipal de Buriti- Estado do Maranhão, o Senhor **André Augusto Kerber Introvini,** no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, e tendo em vista o que lhe faculta da Lei Orgânica do Município de Buriti/MA, a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA
Proc. Nº 021 - 2025
Fls. 94

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para, em observância ao disposto no § 3º do art. 7º e art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, para compor a equipe responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização dos Contratos e/ou seus substitutos, oriundos de processos licitatórios e outros, celebrados com o município de Buriti/MA por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde.**
I - Gestor do Contrato SR. Rai Pablo Sousa de Aguiar: - Secretária Municipal de Saúde; RG Nº 031336752006-8 SSP/MA, CPF Nº 042.501.593-96
II - Fiscal Titular do Contrato Sra: Otalinda Costa da Silva, servidor municipal, portadora do RG nº 0353556632008-2 e CPF nº 02508050300;
Art. 2º- Ao Fiscal do Contrato, ora nomeado, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
I - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua Responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III - Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
IV - Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
V - Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
VI - Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VII- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;
VIII - Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
IX - Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
X - Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
XI - Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XII - Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.

Art. 3º - A responsabilidade de acompanhamento e fiscalização contratual se inicia conforme esta Portaria de Designação e se encerra após o final da vigência do ajuste, com a quitação definitiva das obrigações das partes contratantes.
Paragrafo único - Na hipótese de haver prorrogações do contrato, as competências do Gestor e Fiscais designados serão mantidas, ressalvado o caso de dispensa ou exoneração com nomeação de novo Gestor e Fiscais.
Art. 4º - Responsabiliza-se o Gestor de Contrato pelas providências necessárias à substituição formal dos fiscais, tão logo se tenha conhecimento de fato, presente ou futuro, suficiente para impedi-los de continuarem exercendo suas atribuições.
Art. 5º - Compete ao servidor designado como fiscal, fiscalizar a execução do objeto contratado, relatando ao Gestor os incidentes contratuais para que tome as providências cabíveis, além das atribuições legais a ele inerentes.
Parágrafo único. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal de Contrato e apresentarem risco potencial de prejuízos à administração deverão ser levadas ao Gestor e deste encaminhadas à autoridade máxima do órgão ou unidade a que

Proc Nº 0237-2025
Fls. 35
Rubrica

pertença.
Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação no átrio desta municipalidade com efeitos administrativos retroativos a 10 de janeiro de 2025.
Art. 7º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE BURITI - ESTADO DO MARANHÃO, AOS 17 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2025.

André Augusto Kerber Introvini
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 01157f74da3cf993f13a9e3c9405f436

PORTARIA Nº 133/2025/GAB

O Prefeito Municipal de Buriti- Estado do Maranhão, o Senhor **André Augusto Kerber Introvini,** no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, e tendo em vista o que lhe faculta da Lei Orgânica d nicípio de Buriti/MA, a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 20

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para, em observância ao disposto no § 3º do art. 7º e art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, para compor a equipe responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização dos Contratos e/ou seus substitutos, oriundos de processos licitatórios e outros, celebrados com o município de Buriti/MA por intermédio da **Secretaria Municipal de Assistência Social.**
I - Gestora do Contrato Sra: Sherlyane Machado de Oleveira - Secretária Municipal de Assistência Social;
II - Fiscal Titular do Contrato Sra: Antônia Auriana Mourão Da Conceição, servidora municipal, portadora do RG nº074939642021-0 CPF 037.766.183-02
Art. 2º-Ao Fiscal do Contrato, ora nomeado, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
I - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua Responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II - por a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III. Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua nsabilidade;
anter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
V - Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
VI - Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VII - Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;
VIII - Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
IX - Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
X - Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
XI - Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XII - Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.

Art. 3º - A responsabilidade de acompanhamento e fiscalização contratual se inicia conforme esta Portaria de Designação e se encerra após o final da vigência do ajuste, com a quitação definitiva das obrigações das partes contratantes.
Paragrafo único - Na hipótese de haver prorrogações do contrato, as competências do Gestor e Fiscais designados serão mantidas, ressalvado o caso de dispensa ou exoneração com nomeação de novo Gestor e Fiscais.
Art. 4º - Responsabiliza-se o Gestor de Contrato pelas providências necessárias à substituição formal dos fiscais, tão logo se tenha conhecimento de fato, presente ou futuro, suficiente para impedi-los de continuarem exercendo suas atribuições.
Art. 5º - Compete ao servidor designado como fiscal, fiscalizar a execução do objeto contratado, relatando ao Gestor os incidentes contratuais para que tome as providências cabíveis, além das atribuições legais a ele inerentes.
Parágrafo único. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal de Contrato e apresentarem risco potencial de prejuízos à administração deverão ser levadas ao Gestor e deste encaminhadas à autoridade máxima do órgão ou unidade a que pertença.
Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação no átrio desta municipalidade com efeitos administrativos retroativos a 01 de janeiro de 2025.
Art. 7º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE BURITI - ESTADO DO MARANHÃO, AOS 17 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2025.

André Augusto Kerber Introvini
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por: DOMINGOS DIAS DA SILVA
Código identificador: 9440f282078e4d3d83cd80f9cecb1d7a

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ

AVISO DE LICITAÇÃO.PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2025

AVISO DE LICITAÇÃO.PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2025.CAJAPIO, através da Prefeitura Municipal de Cajapio-MA, por meio da sua Comissão de Contratação/PMC, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar às 08:00hs (oito horas) do dia 31 de março de 2025, Pregão Presencial do tipo menor preço por Item, tendo por objeto a aquisição de medicamentos, de interesse da Secretaria Municipal de Saúde de Cajapio, o qual obedecerá integralmente a legislação que se aplica á Modalidade Pregão Presencial, sob a égide do artigo 176 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas alterações posteriores, observadas neste Ato Convocatório e seus Anexos. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço da CPL, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00 às 13:00 horas, ou através do e-mail: cpl.cajapio.ma2017@gmail.com, onde poderão ser consultados e obtidos gratuitamente, bem como consultados através do SINC CONTRATA e portal da transparência deste órgão(www.cajapio.ma.gov.br). Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço e pelo telefone (98) 98840 1138.Cajapió–MA, 11 de março de 2025.Stephany Brenda Soares Furtado.Pregoeira.

Publicado por: MARINALDA PEDROSA CAVALCANTE MENDES FERREIRA
Código identificador: f924370f5eff8d2e398704f07e5bb91d

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2025

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 184/2025
O MUNICÍPIO DE CAJAPIO, através da Prefeitura Municipal de Cajapio-